

oe



2022

ORÇAMENTO DO ESTADO

NOTA EXPLICATIVA

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Orçamento do Estado para 2022

Programa Orçamental Representação Externa

DISCUSSÃO NA ESPECIALIDADE

2 de maio de 2022

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA

PRIMEIRA PARTE: AS PRIORIDADES DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA

SEGUNDA PARTE: OS MEIOS FINANCEIROS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO
EXTERNA DE PORTUGAL

TERCEIRA PARTE: OS MEIOS HUMANOS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO
EXTERNA DE PORTUGAL

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Assembleia da República da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para 2022. Organiza-se em três partes distintas.

Na primeira parte, são apresentadas as prioridades da representação externa, onde se inclui:

- Balanço das medidas concretizadas e das metas alcançadas ao longo de 2021, com especial relevo para o impacto da pandemia COVID19 no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em particular no atendimento consular, onde subsistiu em diversos países, limitações decorrentes das medidas de combate e controlo da pandemia. Para fazer face a estes desafios, foi reforçada a implementação do Novo Modelo de Gestão Consular – com várias medidas inseridas no Plano de Recuperação e Resiliência – tendo também sido dada prioridade à implementação de medidas de desmaterialização de atos consulares, possibilitando a sua realização sem deslocação aos postos. A pandemia teve também impacto na execução dos programas, projetos e ações de cooperação, que, a exemplo do que já sucedera em 2020, tiveram de ser adaptados de forma a responder aos desafios emergentes e atender a solicitações dos parceiros de cooperação. O Plano de Ação na Resposta Sanitária à Pandemia COVID-19, entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste, iniciado em 2020, constitui um dos exemplos, tendo evoluído de modo a abranger a vertente adicional da vacinação.
- Principais medidas de política para o ano de 2022.

Na segunda parte, são apresentados:

- Os meios financeiros ao dispor da representação externa de Portugal em 2022. Estes meios provêm de várias fontes de financiamento e assumem diversas formas, que serão devidamente especificadas.

Na terceira parte, são apresentados:

- Os meios humanos ao dispor da representação externa de Portugal e a tipologia e geografia da rede externa.

PRIMEIRA PARTE: AS PRIORIDADES DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA

1. BALANÇO DE 2021

Tendo presentes os eixos prioritários de intervenção do Governo na política externa e a necessidade de concretizar uma gestão rigorosa e flexível, o MNE realizou, em 2021, um conjunto de medidas, destacando-se:

1.1. No âmbito da política europeia:

No âmbito da política europeia, o ano de 2021 foi marcado pelo exercício da Presidência do Conselho da União Europeia, durante o primeiro semestre. Sob o lema “*Tempo de Agir: por uma recuperação justa, verde e digital*”, a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (PPUE 2021) foi exercida em torno de três grandes prioridades: i) promoção de uma recuperação europeia alavancada pelas transições climática e digital; ii) concretização do Pilar Social da União Europeia como elemento essencial para assegurar uma transição climática e digital justa e inclusiva; e iii) reforço da autonomia estratégica de uma Europa aberta ao mundo.

Neste contexto, as principais ações traduziram-se:

- Na organização, em maio, da Cimeira Social do Porto, com o objetivo de dar impulso político à concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e que resultou i) na assinatura do Compromisso Social do Porto (o primeiro compromisso sobre temas sociais globais, subscrito por todos os parceiros sociais europeus, o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia) e ii) no âmbito da Reunião Informal de Líderes, a aprovação da Declaração do Porto (a primeira declaração dos líderes europeus exclusivamente dedicada à temática social);
- No apoio à implementação do novo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e do Programa Próxima Geração UE, assegurando i) a entrada em vigor dos novos programas e instrumentos financeiros, em particular do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, ii) a conclusão dos processos de ratificação da Decisão de Recursos Próprios por todos os Estados-Membros e iii) avaliação e aprovação pela Comissão Europeia do primeiro grupo de Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência, entre os quais o de Portugal;
- Na articulação com os Estados-Membros e a Comissão Europeia da resposta comum da União Europeia à COVID-19, incluindo a coordenação da aquisição, produção e distribuição de vacinas, a negociação de Recomendações do Conselho sobre viagens internas e externas à União Europeia e a adoção do Certificado Digital COVID da UE.
- Em assegurar as responsabilidades decorrentes do Acordo de Saída do Reino Unido e do resultado das negociações sobre a relação futura da UE com este país;

- Em assegurar as responsabilidades da Presidência nos diferentes processos institucionais, com destaque para a Conferência sobre o Futuro da Europa e para a solidificação do mecanismo de avaliação do Estado de Direito;
- Na contribuição para o aprofundamento da União Económica e Monetária, em todas as suas dimensões, incluindo iniciativas no âmbito da União Bancária e da União do Mercado de Capitais, garantindo maior integração, resiliência e competitividade das economias europeias e reforçando o papel internacional do euro; Realização da “Cimeira da Recuperação”, um evento de alto nível que refletiu, entre outros temas, sobre a UEM pós Covid e como desenhar e preparar a regras da governação económica para o futuro.
- No avanço na implementação do Mercado Interno, com especial destaque para o Mercado Único Digital, a nova Estratégia Industrial Europeia e a Estratégia para as Pequenas e Médias Empresas;
- Na contribuição e participação na definição de uma nova política de industrialização da Europa, que garanta maior autonomia estratégica e recupere as cadeias de valor europeias;
- No empenho para a aprovação e assinatura da Lei Europeia do Clima e a promoção da descarbonização da economia, a economia circular e o desenvolvimento das interligações energéticas na Europa para a produção, armazenamento, transporte e consumo de energias de fonte renovável, como a energia eólica, solar e o hidrogénio verde;
- No acompanhamento das negociações de acordos comerciais com países terceiros e contribuição para a assinatura dos acordos já concluídos;
- Na organização da Reunião de Líderes da União Europeia com o Primeiro-Ministro da Índia, que resultou na adoção de uma Declaração Conjunta, no lançamento de uma Parceria de Conectividade e no relançamento das negociações económicas para um Acordo de Comércio Livre, suspensas desde 2013, e no início de negociações para um Acordo de Investimento e de Indicações Geográficas.
- Na contribuição para a renovação da política europeia de migração e asilo, nomeadamente através da reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo e do reforço das capacidades de reinstalação da UE, com particular destaque para o novo Pacto de Migrações e Asilo;
- Na contribuição para a preservação e o fortalecimento do Espaço Schengen;
- Na promoção de uma estratégia integrada de prevenção e combate ao terrorismo e ao extremismo violento nas suas múltiplas vertentes, bem como o combate às ameaças híbridas (incluindo a desinformação);
- No aprofundamento dos mecanismos europeus de resposta a crises;
- Debate e promoção das Regiões Ultraperiféricas como laboratórios de futuro na UE.

- Na participação no desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa e na Política de Vizinhaça, com particular atenção ao relacionamento com os países mediterrânicos, do Magrebe e do Sahel, bem como da Parceria Oriental, organizando, em cooperação com o Presidente do Conselho Europeu e o Serviço Europeu de Ação Externa (SEAE), a Cimeira da Parceria Oriental e na participação na Cooperação Estruturada Permanente no Fundo Europeu de Defesa;
- No desenvolvimento da agenda de parceria entre a União Europeia e a União Africana, tendo designadamente em conta a Estratégia Conjunta UE-África, o Acordo Pós-Cotonou e o Acordo de Comércio Livre Continental Africano;
- Na concretização da participação europeia em importantes reformas do sistema multilateral, designadamente na Organização Mundial do Comércio e na Organização Mundial da Saúde;
- Na condução da participação e defesa dos interesses nacionais na construção europeia, com atenção particular a:
 - Negociação e aprovação do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência e do Acordo de Parceria Portugal 2030;
 - Aproveitamento pleno dos benefícios para a economia portuguesa dos acordos comerciais da União Europeia com países e regiões terceiras.
- Na aprovação por parte do Conselho de um acordo político sobre um pacote de reformas da Política Agrícola Comum, fortalecendo as suas dimensões verde e social.

1.2. No âmbito das relações multilaterais:

Num ano marcado pela pandemia da COVID-19 e não obstante os condicionalismos impostos pelo adiamento de inúmeras reuniões e eventos de alto nível, Portugal continuou a afirmar o seu envolvimento num multilateralismo efetivo e o seu respeito pelos valores da Carta das Nações Unidas.

Esta política traduziu-se nos bons resultados alcançados com a eleição de Portugal e de nacionais portugueses para várias instâncias internacionais, nomeadamente da Dra. Patrícia Galvão Teles para a Comissão de Direito Internacional (mandato 2023-2027), a eleição de Portugal para o Conselho Económico e Social das Nações Unidas (mandato 2021-2023), para a Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento do ECOSOC; para membro adjunto do Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT), mandato 2021-2024, e para o Conselho Executivo da Comissão Oceanográfica Intergovernamental (COI) da UNESCO, mandato 2021-2023.

- No quadro das Nações Unidas:
 - Tendo presente a abordagem “building back better and greener”, participação ativa em todo sistema das Nações Unidas, com ênfase nas agendas de direitos humanos, saúde, paz e segurança, migrações, água, oceanos e alterações climáticas, incluindo a Assembleia Mundial da Saúde e a Reunião Intergovernamental de Revisão Regional do Pacto Global para as Migrações;

- o Envolvimento nos eventos realizados à margem da semana de Alto-Nível da 76.ª Assembleia Geral das Nações Unidas, tais como os eventos no âmbito da iniciativa Aliança para o Multilateralismo, a Cimeira da Biodiversidade, as reuniões do Grupo de Amigos em Defesa da Democracia, a Reunião Informal de Ministros da CPLP e a reunião ministerial sobre a República Centro-Africana, tendo Portugal coorganizado e copatrocinado quatro eventos: i) Digital Societies: towards a human-centered, trustworthy and value-based digital transition; ii) Youth Leaders Call for Action to Achieve SDG 13: Climate Action; iii) Build Back Bluer – the Plan for 2020-21; iv) Potencial da Energia das Ondas para o Desenvolvimento dos SIDS;
- o Continuação da promoção da candidatura ao Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- o Continuação da participação portuguesa no Conselho Executivo da UNESCO e a Presidência do Comité Especial da UNESCO; organização das celebrações virtuais do Dia Mundial da Língua Portuguesa (5 de maio); prossecução das iniciativas Open Science e 3.º Relatório sobre o Futuro da Educação e anúncio da candidatura de Portugal ao Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2022-2026);
- o Participação portuguesa em missões de paz, designadamente na República Centro-Africana (MINUSCA) e no Mali (MINUSMA), onde, desde julho de 2020, Portugal assegura a componente aérea da Multinational Rotation Contribution, da qual fazem parte também a Noruega, a Dinamarca, a Bélgica e a Suécia;
- o Envolvimento na Agenda 2030 e nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente na componente externa, através da participação nas reuniões do Fórum Político de Alto Nível da Agenda 2030 e no Primeiro Momento dos ODS, realizado à margem da 75ª Assembleia Geral;
- o Participação nos debates sobre o apoio aos Países Menos Avançados e aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, sobre o Financiamento do Desenvolvimento, nas discussões sobre os progressos alcançados na implementação da Agenda 2030, incluindo no quadro do Fórum Político de Alto Nível e os processos negociais da 2ª Comissão, no quadro da 76ª Assembleia Geral das Nações Unidas;
- o Participação nas discussões sobre o próximo Programa de Ação para os Países Menos Avançados 2022-2031 (IPoA) a ser adotado na Conferência de Doha;
- o Participação nos trabalhos da iniciativa “Financing for Development in the Era of COVID-19 and Beyond”, promovida pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelos Primeiros Ministros do Canadá e da Jamaica;
- o Promoção da resolução, de iniciativa da União Europeia e Estados-membros, intitulada “Resposta à COVID-19”, a qual determinou que a respetiva vacina constitui um “global public good for health”, garantindo uma resposta global e inclusiva à crise pandémica.
- o No quadro da defesa dos direitos humanos, realização de ações em sede de Nações Unidas, Conselho da Europa, CPLP e União Europeia, tendo em vista a abolição da pena de morte (destaque para a comemoração do 10.º aniversário da Comissão Internacional contra a Pena de Morte), a comemoração do 70.º aniversário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e o apoio à elaboração do Plano de Ação para os Direitos Humanos e Democracia da UE para 2020-2024. Destaque, ainda, para a apresentação, no Conselho de Direitos Humanos (CDH), da resolução de iniciativa nacional sobre Saúde Mental e Direitos Humanos, bem como da resolução relativa à renovação do mandato da Relatora Especial sobre o Direito à Educação;
- o No quadro da luta contra o problema mundial da droga, participação na 63.ª Sessão da Comissão de Estupefacientes e continuação da Presidência do Grupo de Cooperação em

Matéria de Luta Contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Estupefacientes (Grupo Pompidou), do Conselho da Europa, (mandato 2019-2022);

o No quadro da defesa dos direitos humanos, realização de ações em sede de Nações Unidas, Conselho da Europa, CPLP e União Europeia, tendo em vista a abolição da pena de morte (destaque para a comemoração do 10.º aniversário da Comissão Internacional contra a Pena de Morte), a comemoração do 70.º aniversário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e o apoio à elaboração do Plano de Ação para os Direitos Humanos e Democracia da UE para 2020-2024. Destaque, ainda, para a apresentação, no Conselho de Direitos Humanos (CDH), da resolução de iniciativa nacional sobre Saúde Mental e Direitos Humanos, bem como da resolução relativa à renovação do mandato da Relatora Especial sobre o Direito à Educação.

- No quadro da CPLP:
 - o Apoio ao trabalho da Presidência pro tempore de Cabo Verde;
 - o Participação em todos os programas e atividades da CPLP, nos seus objetivos gerais, em particular nas comemorações dos 25 anos da CPLP e na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP;
 - o Conclusão da negociação, assinatura e ratificação do Acordo sobre Mobilidade entre os Estados membros da CPLP;
 - o Tramitação do Acordo entre a República Portuguesa e a CPLP que Revê em Matéria Fiscal o Acordo Entre o Governo Português e a CPLP referente ao Estabelecimento da Sede da Comunidade em Portugal, assinado a 18 de dezembro;
 - o Participação na negociação da Agenda Estratégica para o Reforço da Cooperação Económica da CPLP 2022-2027 e respetivo Plano de Ação;
 - o Celebração a 17 de julho do dia de Declaração Constitutiva da CPLP;
 - o Promoção do endosso da CPLP a candidaturas de Portugal a Organizações Internacionais, nomeadamente ao Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (mandato 2022-2026) e da Professora Doutora Patrícia Galvão Teles à Comissão de Direito Internacional das Nações Unidas (mandato 2023-2027);
 - o Comemorações a 5 de maio, através do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. e das Missões e Postos Consulares - do Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP e da 2ª edição do Dia Mundial da Língua Portuguesa (DMLP), proclamado pela UNESCO;
 - o Através da colaboração do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, I.P., (CICL) com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, realização de um novo programa de bolsas para investigação em ensino do português.
- No quadro da NATO, valorização da dimensão política da Aliança, em particular no quadro do processo de reflexão NATO 2030;
- No quadro da OSCE, participação nos programas e ações da organização;
- No quadro da prevenção e combate ao terrorismo, participação nas plataformas europeias de cooperação entre organismos de segurança e informações, e em missões internacionais, designadamente no quadro da Coligação Internacional de Combate ao Daesh;
- No quadro do relacionamento entre a Europa e a América Latina, valorizando a nossa participação na Conferência Ibero-Americana (com apoio específico à presidência pro tempore de Andorra no primeiro semestre e à transição para a presidência pro tempore da República Dominicana, e incremento da participação em Programas, Iniciativas e Projetos Adstritos da cooperação ibero-americana) e na Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI);

- No quadro do relacionamento entre a Europa e a África, apoio ao reforço e aprofundamento da implementação da parceria UE-África e à aprovação da estratégia da UE para a Vizinhança Sul; bem como a integração em fóruns formais e informais, como a União para o Mediterrâneo e o Diálogo 5+5;
- Participação na governação dos bancos multilaterais de desenvolvimento de que Portugal é acionista, aprofundamento de uma agenda conjunta e implementação de parcerias estratégicas com esses bancos em áreas fundamentais para o desenvolvimento sustentável e inclusivo dos seus membros beneficiários;
- Implementação da “Iniciativa de suspensão do serviço da dívida” promovida pelo G20 e pelo Clube de Paris, relativamente a Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Pedido similar apresentado por Angola está a ser apreciado.

1.3. No âmbito do reforço das relações bilaterais:

- Relacionamento bilateral com os PALOP, com contactos frequentes e encontros de alto nível com Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste;
- Consolidação das relações bilaterais com os países europeus (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Alemanha, Andorra, Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Dinamarca, Espanha, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polónia, Reino Unido, República Checa, Roménia, Sérvia, Suécia, Suíça e Turquia); No contexto da PPUE 2021, os contactos bilaterais assumiram uma frequência muito regular, não apenas com os Estados-membros, mas igualmente com os países candidatos (Sérvia, Montenegro, Turquia) e outros países cujas relações com a União Europeia têm uma relevância que justifica um acompanhamento particular (por exemplo, Argentina, China ou Índia). Maior intensidade de contactos com a República da Irlanda num contexto pós-Brexit, assumindo também renovada importância, neste novo contexto, as relações bilaterais com o Reino Unido;
- Desenvolvimento do relacionamento bilateral com os Estados Unidos da América, com a realização das 45.^a e 46.^a sessões da Comissão Bilateral Permanente e com destaque para as matérias ligadas à Base das Lajes e para a intensificação do diálogo e concertação em diversos domínios estratégicos, como a defesa, economia, energia, ciência, tecnologia, inovação e educação;
- Valorização dos laços com a América Latina e as Caraíbas, desenvolvendo o potencial que os países da região oferecem às empresas portuguesas e reforçando o relacionamento com vários países (visitas e/ou encontros efetuados com autoridades dos seguintes países: Argentina, Barbados, Belize, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Granada, Guatemala, México, Panamá, Paraguai, República Dominicana, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Uruguai e Venezuela) e junto da CARICOM.
- Acompanhamento permanente, a título nacional e no âmbito da UE e do Grupo de Contacto Internacional, da crise política na Venezuela, no sentido do encorajamento e viabilização de uma solução política pacífica e democrática.
- Reforço do relacionamento com os países da África Subsaariana, considerando, designadamente, a presença de comunidades portuguesas e os interesses comuns em matéria económica, de segurança e de estabilização institucional, dando continuidade aos contactos a nível político (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: África do Sul,

Etiópia, Gâmbia, Nigéria, Quênia, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Senegal e Ruanda);

- Aprofundamento das relações bilaterais com os países do Norte de África nas suas múltiplas vertentes, através da negociação de instrumentos bilaterais e da realização de contactos ao nível político (visitas/encontros e/ou consultas políticas com autoridades dos seguintes países: Argélia, Egipto e Marrocos, Arábia Saudita, Egipto, Emirados Árabes Unidos, Irão, Jordânia, Iraque e Palestina);
- Participação ativa nos diferentes fóruns de cooperação no Mediterrâneo, destacando-se em particular o aprofundamento da cooperação desenvolvida no quadro do Diálogo 5+5, nas suas múltiplas vertentes;
- Desenvolvimento das relações com os países da Ásia e Ásia-Pacífico, através da celebração de instrumentos bilaterais e da realização de visitas/encontros e/ou consultas políticas (visitas e/ou encontros com autoridades dos seguintes países: Austrália, Japão, Malásia, Nova Zelândia, República da Coreia, Singapura e Timor-Leste); para além da promoção da Parceria Estratégica Global com a China e do incremento muito significativo do relacionamento com a Índia, por via da realização da visita de Estado do Presidente da República, em fevereiro de 2020;
- Aprofundamento das relações bilaterais através da realização de Consultas Políticas com a Rússia, a Moldova e a Geórgia, bem como com a Ucrânia (visita ministerial);
- Realização das Comissões Mistas.

1.4. No âmbito da promoção da língua e cultura portuguesas:

A crise pandémica continuou a marcar o ano de 2021 e a condicionar de forma sensível o normal funcionamento dos estabelecimentos e instituições de ensino e, conseqüentemente, do Ensino do Português no Estrangeiro (EPE). Às medidas de confinamento sucessivamente decretadas em vários países respondeu a rede EPE com planos de contingência que, para além de regras e procedimentos envolvendo os diferentes atores, apoiaram a adoção de medidas destinadas a garantir a continuidade no fornecimento aos alunos de atividades correspondentes e alinhadas com os seus planos de estudos, em articulação com as autoridades educativas nos diferentes países, as universidades, as escolas, os estudantes e as suas famílias.

Apesar do quadro de constrangimentos, são de assinalar os seguintes resultados:

- *Ao nível do ensino superior:*
 - Consolidação da rede de leitorados do CICL em universidades estrangeiras (51 leitorados), destacando-se a abertura de um novo leitorado na Costa Rica e o estabelecimento de novos protocolos para apoio à docência, elevando para 312 o número destes instrumentos de promoção dos estudos portugueses em universidades estrangeiras;
 - Expansão da Rede de Cátedras, promovendo o ensino e investigação em estudos de língua e cultura portuguesa, atingindo-se o número de 60 cátedras com a criação de novas unidades na Suíça, em França, no Brasil e nos Estados Unidos da América;
 - Expansão da rede de Centros de Língua Portuguesa (CLP), com a criação de novos CLP na Universidade Eduardo Mondlane (Maputo/Moçambique) e na *Universidad de la Republica* (Montevideu/Uruguai);

- Consolidação do programa de bolsas para estudantes do ensino superior e docentes de língua portuguesa, tendo em vista o reforço de aquisição de competências de língua e de didática da língua portuguesas, tendo sido atribuídas 177 bolsas, beneficiando 223 bolseiros.
- *Ao nível do ensino básico e secundário:*
 - Consolidação do projeto da Escola Luso-Britânica de Londres, garantindo ensino bilingue, onde se iniciou o primeiro ano do ensino básico, tendo aberto nova turma ao nível pré-escolar;
 - Desenvolvimento da rede de ensino português como língua de herança, com o alargamento da rede EPE no ensino básico e secundário com novos horários em França, atingindo-se os 321 docentes;
 - Fortalecimento das Coordenações de Ensino Português no Estrangeiro (CEPES), com atribuições globais nas áreas do ensino básico, secundário e superior e no favorecimento da integração curricular do português em sistemas de ensino de países terceiros, em articulação com Ministério da Educação, no caso das Escolas Portuguesas no Estrangeiro;
 - Consolidação da integração curricular e do reforço da oferta do português em sistemas de ensino de outros países terceiros. Nesse âmbito, enquadrou-se a realização da 2ª comissão bilateral de acompanhamento do Acordo de Cooperação Educativa entre França e Portugal.
- *No plano da qualificação e promoção do ensino português no estrangeiro:*
 - Iniciado processo de revisão do Regime Jurídico do EPE, tendo em vista o aperfeiçoamento do enquadramento institucional e dos procedimentos pelos quais se organiza e se rege o ensino português no estrangeiro ao nível do ensino básico, secundário e superior;
 - Consolidação do Plano de Incentivo à Leitura, por via do qual são anualmente adquiridos mais de 20 mil exemplares, permitindo o envio de acervos bibliográficos (mais de 1440 bibliotecas já adquiridas e enviadas à CEPES), acompanhado da realização de ações de promoção do livro e da leitura, envolvendo a comunidade educativa;
 - Consolidação do Programa de Distribuição de Manuais Escolares na Rede EPE, rede oficial e apoiada, com investimento na ordem dos €450.000; Outras medidas de continuidade: Formação contínua de professores, tradutores e intérpretes; Protocolos para Apoio Bibliográfico, Cultural e Científico; Programa Empresa Promotora de Língua Portuguesa (EPLP);
 - Desenvolvimento, em colaboração com o Ministério da Educação, de um programa de Português Língua não Materna, pelo qual foram disponibilizados na RTP Internacional, em formato “#Estudo em Casa”, 90 blocos temáticos de reforço a aprendizagem do português alinhados com o Quadro de Referência do Ensino do Português no Estrangeiro.

- *No plano do e-learning e do uso das tecnologias na promoção da internacionalização da cultura portuguesa; do uso, do ensino e da aprendizagem da língua portuguesa, bem como na formação de formadores:*

A necessidade de recurso ao regime e-learning suscitada pela pandemia constituiu também oportunidade para o desenvolvimento de medidas de qualificação digital, com maior aposta nos cursos e plataformas online, no reforço do acervo de materiais disponíveis e acessíveis digitalmente, bem como na certificação digital, incluindo através da criação de parcerias com estabelecimentos de ensino universitário. Destaque-se:

- Oferta online de cursos de português e de cursos de especialização em português, com e sem tutoria, ministrados pelo CICL; Reforço da oferta de formação online (disponibilizados 27 cursos) nas áreas da língua, cultura e estudos culturais, formação de docentes e cooperação para o desenvolvimento;
- Disponibilização de 500 acessos à Plataforma “Português mais Perto” e reforço da plataforma de *e-learning* do CICL (Moodle);
- Consolidação do repositório “Biblioteca Digital Camões”, incorporando novos títulos e trabalhos de investigação produzidos no âmbito do EPE e programa de bolsas do CICL, que se juntam aos mais de 4.000 objetos digitais já disponíveis;
- Desenvolvimento do projeto “Ler em Rede”, com a colaboração do IPOR e a participação das CEPES, tendo em vista disponibilização de uma plataforma de apoio ao desenvolvimento das competências de leitura;
- Consolidação do sistema digital do Exame PLE juvenil que confere a Certificação CAMÕES JÚNIOR a estudantes de PLE, menores de 18 anos, que teve reconhecimento e aplicação em Espanha, México e Roménia;
- Entrada em fase de testes do POR-NÍVEL, mecanismo de suporte à certificação das aprendizagens (CICL, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa e Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa);
- Alargamento da rede de LAPE, locais de aplicação dos exames do CAPLE, no estrangeiro, normalmente por recurso a instalações da rede do MNE;
- Realizada a segunda edição do Curso *online* de Atualização para Professores de Português Língua Estrangeira, em parceria com a Universidade do Porto;
- Consolidação do Consórcio com universidades para a realização do segundo Curso de Verão online de Língua e Cultura Portuguesas, que passou a oferecer todos os níveis do QECR (A1-C2) com a entrada da Universidade de Lisboa, que se juntou às universidades que já integravam o projeto (Universidade de Aveiro, Universidade de Coimbra, Universidade do Minho, Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Porto);
- Colaboração com diversas ordens profissionais (Médicos e Médicos Dentistas) na elaboração e disponibilização de provas de conhecimentos em língua portuguesa.

A continuidade de um contexto extraordinário de pandemia em 2021 exigiu a continuidade de medidas extraordinárias, apoiadas nos planos de contingência desenvolvidos em cada Coordenação de Ensino, para apoio a professores e alunos da Rede EPE, adaptando medidas de ação aos contextos de cada país. Por outro lado, consolidou o crescimento do regime *e-learning*

e do uso das tecnologias no ensino e internacionalização da língua portuguesa. Assim, foi dada continuidade a medidas de qualificação digital, com maior aposta nos cursos e plataformas *online*, no reforço do acervo de materiais disponíveis e acessíveis digitalmente, bem como na certificação digital, incluindo através da criação de parcerias com estabelecimentos de ensino universitário.

- *No contexto multilateral de promoção da língua:*
 - Realização de um amplo programa de comemoração do Dia Mundial da Língua Portuguesa, com centenas de atividades em todo o mundo (174 ações em 56 países). Foi promovida uma programação digital multidisciplinar e realizada uma sessão presencial no Centro Cultural de Belém, com a presença de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, do Presidente de Cabo Verde e do Secretário Executivo da CPLP.
- *Na área da Ação Cultural Externa (ACE):*
 - Num ano em que a pandemia continuou a ter um forte impacto sobre a capacidade e a possibilidade de realização de ações públicas presenciais, o Plano Indicativo Anual da ACE, que articula ações do MNE, do MC e do MEETD, tendo como princípio a diversidade das manifestações artísticas e o recurso a formatos mistos (presencial e digital). Em 2021, as redes externas do CICL/MNE realizaram 979 ações, em 79 países, de todas as áreas geográficas;
 - No âmbito da PPUE 2021 e atendendo à oportunidade adicional que, assinalando esse facto, foi potenciada em termos de internacionalização da criação e dos criadores portugueses, foi desenvolvido um programa cultural multidisciplinar especial, que contou com um investimento de 500.000euros, com o qual foram promovidas mais de 100 ações em dezenas de países;
 - Devido à pandemia, a Fil Leipzig 2021 veio a ser cancelada, bem como outras feiras internacionais do livro (Bogotá, Bolonha) nas quais se perspectivava uma presença portuguesa. Por outro lado, Portugal foi convidado de honra do Festival Internacional do Livro de Nami (Coreia) e participou na Feira do Livro de Madrid, de 10 a 26 de setembro, com um stand e a presença de escritores;
 - Apesar dos constrangimentos associados à pandemia, prosseguiram as Comemorações do V Centenário da Viagem de Circum-Navegação, tendo sido realizadas atividades na América (Argentina, Brasil, Chile, Uruguai) e Ásia (Japão);
 - Com o objetivo de assegurar a realização da Temporada Cruzada Portugal-França 2022, tiveram lugar todas as reuniões do Comité Operativo Bilateral (COB), tendo cabido aos operadores portugueses (CICL/MNE e GEPAC/MC) a organização das 4.ª e 6.ª reuniões do COB. Na sequência dessas reuniões foi construído o programa de atividades que contará com uma contribuição prevista, do lado de Portugal, na ordem de 1.000.000,00 de euros;
 - Foi promovida a 2ª edição da Linha de Apoio à Tradução e Edição (LATE), programa conjunto do CICL/MNE e DGLAB/MC dirigido à internacionalização de autores portugueses e de língua portuguesa. Nesse âmbito foi concedido apoio a 140 projetos de 100 editoras em 42 países, referente a 120 autores e 37 línguas;

No âmbito da Temporada Cruzada Portugal-França 2022, foi aberta uma linha especial dedicada ao apoio à tradução e edição por editoras francesas;

- Foi reforçado o orçamento dos Centros Culturais Portugueses, tendo em vista consolidar a sua capacidade de promover as expressões culturais e artísticas portuguesas nos contextos onde operam, mas também o apoio, *in loco*, aos criadores das diferentes culturas em português, à sua internacionalização, bem como à criação e fidelização de públicos.

1.5. No âmbito da política de Cooperação para o Desenvolvimento:

- Prossecução da coordenação e implementação do Plano de Ação na Resposta Sanitária à Pandemia COVID-19 entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste, com especial enfoque nas componentes de reforço da capacidade de testagem (através da disponibilização de testes PCR), capacitação do pessoal de saúde, e vacinação, com vista ao cumprimento do compromisso político de disponibilizar cerca de 3 milhões de doses de vacinas aos PALOP e Timor-Leste e 1 milhão adicional para outras geografias;
- No âmbito deste programa, e no quadro da nova linha de cofinanciamento para projetos de ONGD no âmbito da Pandemia de COVID-19, com um valor de 750 mil euros, foi assegurada a necessária monitorização e desembolso da tranche final dos sete projetos de seis ONGD, apoiados, direcionados especificamente para os setores da saúde e socioeconómico;
- Participação numa ponte aérea humanitária da UE, com destino a Moçambique, com doações da Cooperação Portuguesa para apoio ao combate e mitigação dos efeitos da pandemia de COVID-19 e da crise humanitária em Cabo Delgado. Implementação, nesta província moçambicana, da abordagem do triplo nexo (ajuda humanitária, segurança e desenvolvimento), refletido no trabalho de ONGD portuguesas no terreno (OIKOS, e HELPO), apoio na formação militar (EUTM) e projetos que melhoram as condições de vida da população (*v.g.* projeto de cooperação delegada +Emprego);
- Participação ativa na resposta europeia à crise sanitária de COVID-19 nos países parceiros, prosseguida através da abordagem “Equipa Europa” (*Team Europe*). Neste quadro, Portugal identificou um contributo de aproximadamente 98,5 milhões de euros para o biénio 2020-2021, essencialmente centrado no apoio aos PALOP e Timor-Leste, a par do apoio à resposta humanitária na Venezuela;
- Acompanhamento próximo das atividades implementadas no âmbito dos Programas, Projetos e Ações aprovados e em curso no contexto da cooperação bilateral, privilegiando intervenções estruturantes nas áreas da Educação e da Saúde;
- Apoio aos orçamentos de Cabo Verde (geral) e de Moçambique (setor da educação);
- Apoio a projetos nos domínios da justiça e técnico-policia;
- Apoio ao setor privado em Moçambique, através do Fundo Empresarial da Cooperação Portuguesa (FECOP);
- Apoio à realização das eleições presidenciais em São Tomé e Príncipe;
- Resposta imediata à situação de cheias, ocorridas em abril de 2021, em Timor-Leste;

- Elaboração da nova Estratégia da Cooperação Portuguesa para o período 2021-2030;
- Negociação e assinatura do Programa Estratégico de Cooperação (PEC) com São Tomé e Príncipe, com período de vigência 2021-2025, mantendo-se o nível de empenho financeiro e dando continuidade às grandes áreas temáticas de intervenção, nomeadamente i) Educação e Cultura; ii) Saúde, Proteção Social, Trabalho e Formação Profissional; iii) Justiça, Segurança e Defesa; iv) Agricultura, Pescas, Energia e Ambiente; v) Infraestruturas, Economia e Finanças;
- Negociação e assinatura do novo PEC com Moçambique, com período de vigência 2022-2026, dando continuidade às grandes áreas temáticas de intervenção: i) Educação e Cultura; ii) Saúde, Proteção Social, Trabalho e Formação Profissional; iii) Justiça, Segurança e Defesa; iv) Ambiente, Energia, Agricultura e Pescas; v) Finanças Públicas, Economia e Infraestruturas; e acrescentando a área vi) Ação Humanitária e Resiliência;
- Elaboração do novo PEC com Cabo Verde, com período de vigência em 2022-2026-, dando continuidade às grandes áreas temáticas de intervenção: i) Educação e Cultura; ii) Saúde, Proteção Social, Trabalho e Formação Profissional; iii) Justiça, Segurança e Defesa; iv) Ambiente, Energia, Agricultura e Pescas v) Finanças Públicas, Economia e Infraestruturas;
- Acompanhamento dos cinco projetos financiados no âmbito do Mecanismo de Financiamento para Apoio à Recuperação e Reconstrução das Regiões Afetadas pelos Ciclones Idai e Kenneth em Moçambique;
- Manutenção do Instrumento de Resposta Rápida para Situações de Emergência (IRR) com realização da fase de qualificação de ONGD, que selecionou oito entidades na operacionalização de ações de emergência ao abrigo deste instrumento, ao abrigo do qual foram apoiados dois projetos de resposta à crise humanitária de Cabo Delgado;
- Contribuição para o Fundo Central de Resposta de Emergência (CERF, no acrónimo em inglês), instrumento criado em 2005 como o fundo de resposta global de emergência das Nações Unidas;
- Manutenção das linhas de cofinanciamento de projetos de ONGD: Cooperação para o Desenvolvimento (51 projetos), Educação para o Desenvolvimento (19 projetos) e Ação Humanitária (sete projetos) e de Congressos e Estudos (12 projetos);
- Lançamento da plataforma eletrónica dedicada à Educação para o Desenvolvimento;
- Acompanhamento, execução e realização da avaliação intermédia da Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED) 2018-2022, e do respetivo Plano de Ação subscrito e executado por 16 entidades públicas e organizações da sociedade civil, e concretização das Terceiras Jornadas de Educação para o Desenvolvimento;
- Atribuição de bolsas para a frequência do ensino superior em Portugal a estudantes dos principais países parceiros da Cooperação Portuguesa, tendo sido concedidas, no ano letivo 2021/22, no quadro do contingente fixo definido (210 bolsas), 39 novas bolsas (24 de licenciatura, 12 de mestrado e três de doutoramento). Foram igualmente concedidas mais cinco bolsas (todas de Mestrado), em Portugal, na área da música e

- artes, ao abrigo do projeto Procultura-PALOP/Timor-Leste, financiado por fundos comunitários. Para o ano letivo 2022/2023 este contingente total será de 220;
- Atribuição de bolsas de estudo (internas) para prosseguimento de estudos nos países de origem dos bolseiros, sendo em 2021 o contingente total de 279 vagas;
 - Atribuição de 35 bolsas de estudo para ensino superior na área das ciências policiais e segurança interna. Em 2022 o contingente será reforçado em 10 novas bolsas, passando a um total de 45 bolsas de estudo;
 - Atribuição de 50 bolsas de estudo para prosseguimento de estudos no domínio da defesa em estabelecimentos de ensino militar;
 - Consolidação dos projetos com financiamento europeu implementados pela Cooperação Portuguesa, com especial enfoque nos PALOP e Timor-Leste, num ano particularmente marcado pela situação de pandemia com reflexos no ajustamento dos projetos em fase de implementação (Planos de Continuidade e Mitigação);
 - No quadro da gestão indireta de projetos da UE, foi promovido o processo de (re)Certificação do CICL através da “Certificação dos Pilares” descrita na Decisão COM/2019/C191/02, de 17 de abril de 2019;
 - Participação ativa nas negociações e consequente adoção e entrada em vigor do Regulamento do Instrumento de Vizinhaça, Desenvolvimento e Cooperação internacional (IVDCI-Europa Global), durante a PPUE;
 - Conclusão oficial das negociações do Acordo de Parceria UE-OEACP, cuja rubrica decorreu em abril de 2021, durante a PPUE;
 - Abertura das negociações do Acordo de Facilitação de Investimento entre a UE e Angola, durante a PPUE;
 - Adoção de Conclusões do Conselho sobre o Aperfeiçoamento da Arquitetura Financeira Europeia de Desenvolvimento (EFAD), a Abordagem Equipa Europa, o Desenvolvimento Humano; a Cooperação com os Países de Rendimento Médio; o Relatório 2021 ao Conselho Europeu sobre as Metas APD da UE; e o Relatório 2020 sobre a implementação dos instrumentos para o financiamento das ações externas da UE em 2019, durante a PPUE;
 - Participação ativa nos fóruns multilaterais da área do desenvolvimento, apesar do contexto pandémico, com particular ênfase na participação em comités, grupos e redes de trabalho e reuniões de peritos no quadro da OCDE, das Nações Unidas, da CPLP, da Conferência Ibero-americana e do Fundo Global de Combate à SIDA, Tuberculose e Malária;
 - No quadro da OCDE, preparação e arranque da participação no conclusão do de Revisão pelos Pares do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) a Portugal;
 - Continuidade da participação no Programa JPO das Nações Unidas, mediante o lançamento de processos de recrutamento para dois lugares no PNUD nos escritórios do PNUD em Luanda e São Tomé;

- Apoio ao Relatório do Desenvolvimento Humano e cofinanciamento de projetos nos SIDS a implementar pelo PNUD;
- Apoio da edição portuguesa do relatório conjunto da União Africana e do Centro de Desenvolvimento da OCDE: “Dinâmicas do Desenvolvimento em África 2021”;
- Apoio ao Fundo Global de combate à SIDA, Tuberculose e Malária;
- Reforço do financiamento dos recursos regulares do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), em resposta à Resolução da Assembleia da República 181/2017, de 3 de agosto.
- Coorganização com o FNUAP, em junho, da apresentação pública do Relatório sobre a Situação da População Mundial – 2020, que contou com a participação de representantes dos Grupos Parlamentares;
- Reforço da participação na Cooperação Ibero-Americana, através do desenvolvimento e negociação da proposta portuguesa de Iniciativa Ibero-americana de Cidadania Global para o Desenvolvimento Sustentável e aprovação do respetivo Regulamento e Plano de Atividades para 2022;
- Continuação da promoção da diversificação de fontes de financiamento da cooperação para o desenvolvimento e do apoio ao investimento do setor privado nos países em desenvolvimento e emergentes, designadamente através de uma melhor articulação com as instituições financeiras internacionais (Banco Europeu de Investimento, Grupo Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Interamericano de Desenvolvimento);
- Apoio ao trabalho da Plataforma Global dos Estudantes Sírios e promoção, nos fóruns internacionais relevantes, da criação de um Mecanismo de Resposta Rápida para o Ensino Superior em Situações de Emergência.

1.6. No âmbito da atividade consular e da valorização das relações com as comunidades portuguesas:

- Resposta à situação de emergência causada pelo surgimento e propagação da pandemia COVID-19:
 - Apoio logístico à organização de quatro voos extraordinários para o Brasil de apoio ao regresso de cidadãos nacionais, cidadãos titulares de autorização de residência em território nacional e nacionais de outros Estados-membros da UE, em virtude das restrições e interdições à mobilidade impostas devido à pandemia; beneficiaram destes voos extraordinários 1.150 pessoas.
 - No âmbito social, foi renovado o apoio extraordinário, temporário e pontual a portugueses residentes no estrangeiro em comprovada carência devido à pandemia.
- Resposta do Gabinete de Emergência Consular (GEC) a um número sem precedentes de emergências consulares: foram registados 27.342 contatos, distribuídos por 16.714 chamadas telefónicas e 10.628 emails. Este número representa um ligeiro decréscimo

de 2.02% em relação a 2020 e um acréscimo de 106.80% quando comparado com ano de 2019. Espelha o crescimento que resulta dos circunstancialismos associados à pandemia COVID-19.

- Continuação e reforço da implementação do Novo Modelo de Gestão Consular (NMGC) e medidas conexas de desmaterialização, destacando-se:
 - Alargamento do Centro de Atendimento Consular (CAC) a Itália (incluindo a restante área de jurisdição da SC em Roma: Malta, São Marino e Albânia) e aos Países Baixos, e início dos procedimentos para a operacionalização do CAC França;
 - Implementação do novo Sistema de Gestão Consular (eSGC) em todos os postos da rede consular;
 - *Upgrade* da plataforma de agendamento *online* de atos consulares com o desenvolvimento de funcionalidades adicionais, de acordo com as necessidades que vieram a ser detetadas com a sua utilização, quer ao nível de melhorias de gestão do atendimento em *backoffice*, quer designadamente ao nível da prevenção da utilização abusiva da aplicação e melhoria do interface com o utente, com destaque para a disponibilização uma segunda versão da autenticação por chave móvel digital (CMD), permitindo a criação de vagas para agendamento reservadas para utentes que se autenticam com a CMD e a disponibilização da plataforma em língua inglesa.
 - Consolidação na rede consular do novo Portal eVisa, que permite a apresentação do pedido de visto por via digital, bem como efetuar o acompanhamento do estado do processo, tendo sido adicionado o mandarim às cinco línguas previamente existentes (português, inglês, francês, russo e ucraniano);
 - Em curso o desenvolvimento aplicacional da nova Rede de Pedidos de Visto (eRPV);
 - Monitorização e acompanhamento dos esforços de melhoramento das valências disponíveis na aplicação móvel digital do Registo do Viajante;
 - Entrada em vigor do novo Regulamento Consular que veio conferir o necessário enquadramento jurídico à implementação do NMGC, consagrando a prática de atos consulares, e o seu pagamento, por via eletrónica, com recurso a meios telemáticos e plataformas móveis colocadas à disposição pelo Estado;
 - Envio do cartão de cidadão diretamente para a morada dos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro.

- Acompanhamento muito atento e próximo à comunidade portuguesa e luso descendente na Venezuela, através de:
 - Continuação da isenção de pagamento de emolumentos consulares, o que constitui uma importante poupança para aos cidadãos nacionais, sobretudo os mais carenciados;
 - Prossecução da realização de permanências consulares. Apesar da pandemia, em 2021 realizaram-se 24 presenças consulares na Venezuela, tendo sido atendidos 6.189 utentes e praticados 6.536 atos consulares;

- Continuação da implementação do regime excecional no quadro do ASEC-CP, que veio flexibilizar o acesso de cidadãos em situação vulnerável a apoios sociais, com pagamentos que ascenderam a 70 mil euros;
 - Concessão de apoios financeiros ao movimento associativo, que em 2021 ascenderam a 190 mil euros;
 - Operacionalização de uma rede de apoio médico à comunidade portuguesa em quatro pontos na Venezuela: realização de consultas e exames gratuitos e disponibilização de medicamentos;
 - Articulação com outros departamentos ministeriais, poder local e o Governo Regional da Madeira, no que se refere ao acolhimento em Portugal de cidadãos provenientes da Venezuela;
 - Envio de 1,8 toneladas de medicamentos entre 2018 e 2021;
 - Manutenção de apoio financeiro no quadro do ASIC-CP a 86 nacionais portugueses, com atribuição de apoios que, em 2021, ascenderam a 117 mil euros.
- Apoio específico à comunidade portuguesa residente no Reino Unido, através de:
 - Reforço do número de operadores afetos ao CAC Reino Unido, procurando dar resposta à procura acrescida durante o *Brexit*;
 - Reforço da estrutura consular em Londres e em Manchester com novos meios informáticos, mantendo-se os recursos humanos num valor que representa o dobro do existente em 2015 (47 funcionários no ano corrente contra apenas 24 em 2015). Entretanto, em finais do pretérito mês de setembro, foi autorizada a contratação de mais 1 técnico superior e 4 assistentes técnicos para o Consulado Geral de Portugal em Londres e de mais 2 assistentes técnicos para o Consulado Geral de Portugal em Manchester, o que elevará para 54 o número total de funcionários adstritos àqueles dois postos consulares;
 - Extensão do plano de preparação e contingência para o *Brexit*;
 - Manutenção da atividade do Grupo de Trabalho de Alto Nível para acompanhamento da situação das candidaturas de cidadãos nacionais ao *EU Settlement Scheme*;
 - Campanhas de informação dirigidas à comunidade portuguesa e divulgação de informação alertando para o período final de candidaturas ao *EU Settlement Scheme*;
 - Mercê dos constrangimentos impostos pela crise pandémica de Covid-19, que inviabilizou a realização de sessões de esclarecimento sobre o estatuto dos cidadãos portugueses após o *Brexit*, foi reforçada a informação regular sobre desenvolvimentos do *Brexit*, através das páginas da internet e do Facebook dos postos consulares;
 - Manutenção do horário de funcionamento alargado em ambos os Consulados;
 - Continuação do Centro de Atendimento Consular para o Reino Unido – Linha *Brexit*, que em 2021 atendeu 134 993 mil chamadas telefónicas e respondeu a mais de 173 mil *e-mails*.

- Continuação do programa de presenças consulares, tendo sido possível concretizar em 2021 oito presenças, em que foram atendidos 1.663 utentes e praticados 1.672 atos.
- Contacto e visita às comunidades portuguesas residentes nos seguintes países: Angola, Reino Unido, Estados Unidos da América, França e Suíça, estando ainda agendadas deslocações ao Brasil e Canadá;
- Realização de videoconferências com responsáveis da rede consular e conselheiros das comunidades em vários países, devido às dificuldades de deslocação impostas pelo surgimento da pandemia;
- Consolidação da ação do Gabinete de Emergência Consular e da sua articulação com outros serviços relevantes e a rede consular do MNE, permitindo o reforço da proteção consular dos portugueses residentes ou em trânsito no estrangeiro. Entre outubro de 2020 e junho de 2021 esteve igualmente ativa a Unidade de Gestão de Crises, estrutura informal criada pelo MNE para acompanhamento de crises externas, partilha de informação entre as diversas áreas governativas e discussão de alterações de procedimentos para melhorar a resposta às dificuldades dos cidadãos nacionais no estrangeiro;
- Esforço de atualização dos planos de contingência das representações diplomáticas e consulares portuguesas, particularmente dos chamados top 5, no âmbito do Plano de Regresso Geral, aprovado e atualizado pelas Deliberações do Conselho de Ministros 203/2012 e 254/2016, respetivamente.
- No plano do apoio ao investimento:
 - Prosecação da implementação do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID), RCM nº 64/2020, de 18 de agosto, o qual permite dar enquadramento formal, integrado e multissetorial/em rede ao empreendedorismo das comunidades portuguesas, apoiando-o em linhas de apoio financeiro dedicadas e em contínuo, promovendo a ligação aos territórios e contribuindo para o respetivo desenvolvimento;
 - Consolidação do Estatuto de Investidor da Diáspora, com mais de 180 estatutos emitidos;
 - Introdução de majorações e dotação orçamental específica para investidores da Diáspora nos avisos dos sistemas de incentivos ao investimento e criação de emprego: +CO3SO Emprego e +COESO Competitividade, em articulação com área governativa Coesão Territorial;
 - Operacionalização do Programa de Captação de investimento para o interior PC2I com introdução de critério "Investimento da Diáspora" no reconhecimento dos PII-Projetos de Investimento para o interior, em articulação com área governativa Coesão Territorial;
 - Criação imagem corporativa e Site PNAID e divulgação do Guia de Apoio ao Investimento da Diáspora, em articulação com a área governativa da Coesão Territorial;
 - Realização de visitas a todas as Comunidades Intermunicipais (reuniões *on-line* quando em confinamento) para apresentação do Programa Nacional de Apoio ao

- Investimento da Diáspora (PNAID) e assinatura dos novos protocolos com reforço das atribuições dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE), com a inclusão de funcionalidades relacionadas com as atividades de investimento e do turismo;
- Expansão da rede de Gabinetes de Apoio ao Emigrante: ao longo do ano de 2021, foram criados 28 novos GAEs, perfazendo um total de **187 GAEs** instituídos, cobrindo 67% dos municípios em território continental;
 - Constituição da Rede de Apoio ao Investimento da Diáspora: Indicação dos pontos focais das CIMs e das Áreas metropolitanas bem como dos seus municípios; Indicação dos pontos focais das Associadas da Federação Minha Terra/associações LEADER responsáveis pelos programas DLBC interior e urbanos. Abrange 300 entidades;
 - Implementação do plano de capacitação de técnicos das CIMs e Municípios em temáticas de apoio ao investimento e ao Empreendedorismo. Estruturado em 7 ações on-line, 14 módulos de 3 horas cada, monitorados por 19 serviços do estado, englobou 47 monitores. Abrange 300 entidades (19 CIMs, 240 Municípios, 35 GALs e 6 agências de investimento municipais) num total de 832 participantes;
 - Conceção de metodologia de apoio ao investidor da diáspora: constituição de grupo de trabalho com os serviços do estado envolvidos no apoio ao empreendedorismo e ao investimento para definição de metodologia articulada e plataforma de acompanhamento e informação, tendo como motor o GAID - Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora. De momento estão a ser acompanhados cerca de 90 investidores da diáspora que preveem investir mais de 55 milhões de euros;
 - Webinar "Investimento da Diáspora", 10 e 11 de dezembro de 2020 versão digital dos Encontros de Investidores da Diáspora dedicado ao Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID). Este evento assumiu-se como ação de apresentação do PNAID e a primeira ação de divulgação dos Encontros de Investidores da Diáspora de 2021. 8 horas em direto, 34 oradores, quase 1.200 inscrições, das quais mais de 500 residentes no estrangeiro, 24 mil visualizações (13 mil no primeiro dia, 11 mil no segundo);
 - Webinars e Sessões de esclarecimento / informação online: Sessão informação "PNAID e o Estatuto de Investidor da Diáspora", 2 de fevereiro de 2021; Sessão esclarecimento "Programa de Apoio à Produção Nacional", 2 de fevereiro de 2021; Sessão esclarecimento "PNAID e Programa Regressar", 10 de março de 2021; Colóquio "Potencial Económico da Diáspora", 24 de abril de 2021; Videoconferência "Oportunidades de investimento em Portugal no setor das Pescas e Economia do Mar", 30 de abril de 2021; Webinar "Reabilitação e Habitação acessível: novas oportunidades de investimento", 21 de julho de 2021; Webinar "Floresta e Recursos Naturais: novas oportunidades de investimento", 27 de outubro 2021;
 - Encontros de Investidores da Diáspora renomeados Encontros PNAID 2021 foram recalendarizados para 9 a 11 de dezembro a realizar em Fátima. O programa foi apresentado em conferência de imprensa dia 7 de julho e abertas as inscrições em www.encontrosdiaspora.pt;

- Apoio aos Portugueses Graduados no Estrangeiro através da valorização das redes que reúnem estudantes, investigadores e profissionais pós-graduados portugueses na Alemanha, Benelux, Estados Unidos da América, França, Reino Unido, Suíça e Escandinávia; Neste âmbito, foram promovidas reuniões por videoconferência, em articulação com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, com as associações de investigadores e profissionais pós-graduados portugueses dos diferentes países sobre a temática da Diplomacia Científica;
- Promoção do ensino superior português junto das comunidades portuguesas, através de ações conjuntas das Secretarias de Estado das Comunidades Portuguesas e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Em 2021o contingente especial de acesso ao ensino superior português para emigrantes e familiares que com eles residam foi alargado aos lusodescendentes;
- Valorização do Conselho das Comunidades Portuguesas, designadamente no acompanhamento e apoio da ação do Conselho Permanente, da participação ao nível político nas diversas reuniões das comissões temáticas e nos Conselhos Regionais, bem como do Projeto “Memória do CCP”;
- Valorização do associativismo entre as comunidades, designadamente através da implementação do regime de apoios financeiros aprovado em 2017, com a realização de diversas ações de formação envolvendo centenas de participantes. O apoio financeiro atribuído pela DGACCP ao movimento associativo da diáspora em 2021, ascendeu a 603 mil euros, distribuídos por 83 iniciativas, de 57 associações, distribuídas por 16 países;
- Manutenção do apoio financeiro no quadro do ASEC-CP que, em 2021, abrangeu 34 nacionais portugueses, residentes em 5 países fora da Europa, com atribuição de apoios que ascenderam a 87 mil euros.
- Manutenção do apoio financeiro no quadro do ASIC-CP que, em 2021, abrangeu 320 nacionais portugueses, residentes em 9 países fora da Europa, com atribuição de apoios que ascenderam a 650 mil euros.
- Continuação do apoio extraordinário, temporário e pontual de cariz social a 62 portugueses carenciados, residentes em 4 países (Brasil, Venezuela, África do Sul e Moçambique),em contexto de pandemia COVID-19, com pagamentos que, em 2021, ascenderam a cerca de 48 mil euros;
- Prémio Imprensa Nacional/Ferreira de Castro – entrega do prémio da IIª edição e realização da IIIª edição;
- Prossecução do levantamento, junto dos municípios portugueses, de espaços museológicos ou acervos dedicados especificamente à diáspora, tendo em vista a criação de uma rede de museus;
- Concluído e apresentado à tutela o relatório do “Grupo de Trabalho Modernização Eleitoral no Estrangeiro (GTMEE)” que contém as alterações legislativas necessárias à introdução de medidas de aperfeiçoamento e simplificação de todo o processo de votação dos cidadãos nacionais residentes e recenseados no estrangeiro: melhorias

técnicas associadas ao voto por via postal para os residentes no estrangeiro; simplificação do voto antecipado dos eleitores deslocados no estrangeiro, por forma a dar resposta à maior mobilidade, tendo como referência o modelo adaptado para a modalidade de voto antecipado em mobilidade em território nacional; resolução das questões resultantes da inscrição e do cancelamento de inscrição no recenseamento eleitoral, aquando da emissão do cartão de cidadão ou da sua renovação eletrónica; envio de boletins de voto espécime de teste utilizando a rede consular;

1.8. No âmbito da internacionalização da economia e da captação de investimento externo:

- Execução do Programa Internacionalizar 2030, enquanto documento estratégico de medidas de apoio à internacionalização da nossa economia, para melhor servir as empresas portuguesas e fomentar investimento produtivo externo em Portugal;
- Lançamento e implementação do projeto “Marca Portugal”:
 - Fase I - Construção de elementos de perceção de Portugal no estrangeiro;
 - Fase II - Auscultação alargada da sociedade portuguesa, com audição de académicos, empresários, especialistas em marcas e *marketing*, visando recolher ideias para a Marca Portugal; e realização de Conferência digital;
- Preparação e lançamento da “Portugal Concept Store”, plataforma transacional de Marcas Portuguesas e Marca Portugal que tem por objetivo contribuir para o aumento do reconhecimento internacional de marcas nacionais de elevado potencial, com a inauguração de uma loja física no Pavilhão de Portugal nos Emirados Árabes Unidos (Dubai) e uma loja online, ambas no contexto da exposição mundial Dubai 2020;
- Implementação, com carácter permanente, de iniciativas digitais da Rede Externa desenvolvidas no âmbito da Pandemia (e.g. Programa AICEP Rede Online);
- Lançamento de campanhas internacionais de notoriedade e promoção Invest in Portugal;
- Continuação do processo de Transformação Digital e de desenvolvimento de novas funcionalidades na plataforma Portugal Exporta, dedicada às exportações, como o Acelerador de Internacionalização Online e o Optimizador do Investimento, com mais serviços e produtos, distintos e de maior valor acrescentado;
- Reforço da oferta de produtos e serviços adequados ao novo contexto de mercado, com o desenvolvimento de novos serviços no âmbito do Programa Exportar Online, que incluiu o Projeto Agregador Agroalimentar Português na Alibaba.com e programas de capacitação empresarial (Cursos *E-Learning*; Workshops online com *Marketplaces*, entre outros);
- Criação de parcerias estratégicas para ações de formação e capacitação empresarial no âmbito de programas avançados ou outros projetos colaborativos nas áreas de atuação da AICEP;
- Celebração de Protocolo de Cooperação com a Universidade Portucalense no âmbito da internacionalização do Ensino Superior;

- Prossecução do objetivo estratégico de aumento e alargamento da captação pró-ativa de investimento externo, através, designadamente, de:
 - Missões de captação de investimento direto estrangeiro para Portugal com contactos diretos com potenciais investidores nos mercados europeus - Alemanha, Espanha, França, Itália, Suíça, Reino-Unido e Bélgica – bem como nos EUA e no Japão,;
 - Apoio ao investimento produtivo e à investigação e desenvolvimento tecnológico através do Programa Portugal 2020 e por via de incentivos fiscais, com novos recordes de contratualização, apesar do contexto pandémico;
 - Apoio à qualificação do território através da divulgação da ferramenta de promoção internacional *Portugal Site Selection*;
 - Desenvolvimento do Fundo de Fundos para a Internacionalização (FFI) – instrumento de coinvestimento dotado, em cinco anos, de 100 milhões de euros, com a concretização de uma primeira operação com o FEI – Fundo Europeu de Investimento – no valor de 50 M€;
 - Dinamização do Processo de Reconhecimento das Câmaras de Comércio e Indústria bilaterais sediadas no estrangeiro como câmaras de comércio portuguesas;
- Apoio à internacionalização de empresas e às empresas exportadoras (quer para abertura de novos mercados, quer em mercados já com presença de empresas portuguesas), designadamente através de:
 - Realização de missões empresariais aos mercados dos seguintes países: Alemanha, Espanha, Grécia, Japão e Polónia;
 - Atribuição de incentivos financeiros, no âmbito do programa Portugal 2020, através de contratualização de projetos que reforcem a capacitação empresarial das PME e permitam potenciar a sua base e capacidade exportadora, assim como o reconhecimento internacional, através da implementação de ações de promoção e marketing, da presença em certames internacionais e da prospeção e acesso a novos mercados;
 - Participação em feiras internacionais em diversos setores produtivos, da fileira têxtil, calçado, etc., apesar do contexto de pandemia que levou ao cancelamento ou adiamento de diversos eventos;
 - Realização e/ou seguimento das reuniões de cadeias de valor: aeronáutica, agroalimentar, moda, automóvel, água, ensino superior, saúde, TIC e ferroviário;
 - Acompanhamento personalizado às empresas afetadas pelos impactos da pandemia e criação de task-forces – Saúde, Agroalimentar, Logística – para fazer face aos desafios mais urgentes que as empresas vivem e criação de página no site www.portugalexporta.pt com informação sobre as medidas de carácter económico adotadas em diversos países no contexto da pandemia;
 - Apoio às empresas que se reconverteram para produzir produtos e equipamentos médicos fundamentais no combate à COVID-19, em Portugal e no mundo;
- Apoio às empresas exportadoras e à captação de IDE no contexto do *Brexit* e realização de ações de captação de investimento no contexto da eventual realocação de

- empresas internacionais sediadas no Reino Unido e criação de uma página específica no site www.portugalexporta.pt dedicada à temática do Brexit;
- Conclusão da 24.ª edição e preparação, divulgação e implementação da 25.ª edição do Programa de estágios internacionais INOV-Contacto (2021-2022);
 - Participação nacional na Expo Dubai 2020, que foi adiada por um ano;
 - Preparação da participação nacional na Hannover Messe 2022 – edição da principal feira do mundo para a tecnologia industrial, onde Portugal será país convidado;
 - Participação ativa, através da Comissão de Acompanhamento, na implementação dos Pactos para a Competitividade e Internacionalização, designadamente das ações direcionadas à vertente de internacionalização e de captação de investimento;
 - Acompanhamento dos projetos apresentados aos diversos Sistemas de Incentivos do Portugal 2020, com destaque para 10.408 candidaturas recebidas pela AICEP até 31 de dezembro de 2021, no âmbito do Portugal 2020 (das quais 39 financiadas por fundos nacionais), representativas de 13,3 mil milhões de euros (M€) de intenções de investimento, nas diversas Tipologias de Investimento previstas (Investigação & Desenvolvimento Tecnológico; Inovação Produtiva; Internacionalização PME e Sistemas de Incentivos a Ações Coletivas), conforme apresentado no quadro seguinte:

Unidade: Mil Euros

Aut. Gestão	AICEP			
	Nº Proj.	Investimento FEDER/FC	Investimento FN	Investimento FSE
PO CI	2.118	9.674.912	0	23.527
PO Norte	3.811	1.417.444	0	11.296
PO Centro	2.045	879.355	0	4.844
PO Lisboa	1.400	867.969	0	2.776
PO Alentejo	692	230.496	0	1.089
PO Algarve	303	238.568	0	261
PO CI (FN)	39	0	1.553.040	0
Total	10.408	13.308.744	1.553.040	43.792

PRINCIPAIS MEDIDAS DE POLÍTICA PARA 2022

Numa ótica de coerência, continuidade e aprofundamento dos objetivos estratégicos, a política externa portuguesa desenvolver-se-á, em 2022, em torno dos seguintes eixos estruturais:

- O multilateralismo, consideradas as *novas responsabilidades de Portugal nas Nações Unidas* e suas agências, fundos e programas, como por exemplo a participação no Conselho Económico e Social e na Comissão para a Consolidação da Paz;
- As relações bilaterais, em particular com *os mais próximos aliados*;
- A *internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesa*, através, nomeadamente, do ensino português no estrangeiro e da ação cultural externa;
- As *parcerias internacionais* e a cooperação para o desenvolvimento, no novo quadro estratégico da cooperação portuguesa e tendo em conta as nossas missões no contexto da cooperação europeia;
- A *valorização da CPLP*, como instância de concertação político-diplomática, como espaço de promoção da língua portuguesa e como espaço de cooperação, e na expectativa da conclusão do acordo de mobilidade e como espaço de desenvolvimento de ações conjuntas entre as agências de investimento e de comércio externo congéneres da AICEP, estabelecendo nomeadamente o Fórum das Agências da CPLP;
- A *ligação com as comunidades portuguesas*, valorizando o seu associativismo, a participação cívica, o relacionamento económico e cultural, e melhorando a prestação de serviços consulares e a resposta a situações de emergência;
- A *internacionalização da economia portuguesa*, vista também como um fator muito importante de recuperação;
- E, como eixos transversais a todos os restantes, a *superação dos efeitos da pandemia COVID-19* e a incorporação dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) em todas as dimensões da atividade do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2.1 No âmbito da política europeia, serão empreendidas as seguintes medidas principais:

- Avançar na conclusão das negociações da modernização dos acordos comerciais com o Chile e México, apoiar e contribuir para a estratégia da UE de expansão global dos acordos comerciais (Mercosul, Chile, Austrália, Nova Zelândia, China - Indicações Geográficas). Apoiar o reforço de um sistema de comércio internacional multilateral assente em regras;
- Contribuir para reforçar as capacidades de defesa de forma colaborativa na União Europeia, nomeadamente no âmbito das iniciativas de defesa europeias e da cooperação estruturada permanente, e o desenvolvimento da nossa indústria de defesa, incluindo as PME;
- Contribuir para o processo de desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), com enfoque na implementação da Bússola Estratégica (compromissos, objetivos e metas);

- Contribuir para a execução do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, garantindo a implementação das medidas de assistência à Ucrânia, a Moçambique e à União Africana, entre outras, bem como os custos comuns de missões e operações militares da PCSD;
- Promover uma estratégia integrada de prevenção e combate ao terrorismo e ao extremismo violento nas suas múltiplas vertentes, bem como o combate às ameaças híbridas (incluindo a desinformação); Participar no desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa e na Política de Vizinhança, com particular atenção ao relacionamento com os países mediterrânicos, do Sahel e da África Central, bem como da Parceria Oriental, designadamente considerando as consequências da guerra na Ucrânia;
- Desenvolver a agenda de parceria entre a União Europeia e a União Africana, no seguimento da VI Cimeira UE-UA (Bruxelas, 17-18 de fevereiro de 2022) tendo designadamente em conta a Estratégia Conjunta UE-África, o Acordo de Parceria EU-OEACP e o Acordo de Comércio Livre Continental Africano;

2.2 No âmbito das relações multilaterais merecem destaque as seguintes medidas:

- *No quadro das Nações Unidas:*
 - Exercer o mandato no Conselho Económico e Social (2021-2023), no Conselho Executivo da UN HABITAT (2021-2023) e na Comissão para a Consolidação da Paz; e conduzir os processos de candidatura ao Conselho de Segurança (2027-2028), à Comissão de Limites da Plataforma Continental, ao Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2022-2026) e à Comissão de Narcóticos;
 - Apoiar o Secretário-Geral e o seu programa de ação, com particular ênfase nas questões dos direitos humanos, do contínuo da paz e segurança, da saúde global, das alterações climáticas, dos objetivos do desenvolvimento sustentável e dos oceanos;
 - Coorganizar a Segunda Conferência dos Oceanos das Nações Unidas;
 - Participar nas negociações do instrumento legal internacional para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ), no quadro da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar;
 - Promover e reforçar uma maior cooperação e coordenação em termos de saúde pública a nível internacional, nomeadamente através do esforço conjunto entre os Estados e as principais organizações internacionais, desde logo a OMS, visando melhorar a resposta internacional a pandemias;
 - Exercer as responsabilidades próprias de Portugal como “país piloto” da implementação do Pacto Global das Migrações;
 - Apresentar a resolução sobre Políticas e Programas envolvendo a Juventude, na Terceira Comissão;
 - Acompanhar as negociações de um possível instrumento jurídico vinculativo sobre “Empresas e Direitos Humanos”, no seio do Grupo de Trabalho

- Intergovernamental Aberto sobre as Empresas Transnacionais e Outras Empresas e Direitos Humanos (CDH);
 - Participar em todas as agendas relevantes das Nações Unidas, designadamente as missões de paz, a ação climática e as questões ambientais, a Agenda 2030, a defesa da biodiversidade, a segurança alimentar e a luta contra a corrupção;
 - Acompanhar a avaliação da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal.
- *No quadro da CPLP:*
 - Finalizar, na Cimeira de Luanda, o processo de aprovação do Acordo de Mobilidade;
 - Apoiar o trabalho da Presidência pro tempore de Angola (2021-2023) sob o lema: “Construir e Fortalecer um Futuro Comum e Sustentável” e o atual Secretário Executivo, proposto por Timor-Leste;
 - Reforço da vertente económica através da Agenda Estratégica para o Reforço da Cooperação Económica da CPLP 2022-2027 e o respetivo Plano de Ação;
 - Acompanhamento do Fórum das Agências de Promoção do Comércio Externo e do Investimento da CPLP para a reforço cooperação económico-empresarial da CPLP;
 - Participação nas Missões de Observação Eleitoral da CPLP (MOE) aos atos eleitorais em Timor-Leste, Guiné Equatorial, Angola e São Tomé e Príncipe, para o incremento dos princípios e valores democráticos nos Estados membros e promoção dos Direitos Humanos;
 - Dinamização de Declarações em nome da CPLP em reuniões de Organizações Internacionais e Agências Especializadas das Nações Unidas;
 - Prosseguir com a promoção do endosso da CPLP a candidaturas de Portugal a Organizações Internacionais, em particular a recandidatura do Professor Aldino Campos à Comissão de Limites da Plataforma continental das Nações Unidas para o mandato 2023-2028;
 - Apoiar o aumento da cooperação com os Observadores Associados e Observadores consultivos da CPLP no contexto da crescente projeção internacional da CPLP e da dinâmica de aproximação de países e organizações à CPLP, em particular em projetos de cooperação em matéria de língua e cultura;
 - Dinamização dos Grupos CPLP com vista à promoção dos objetivos gerais da Comunidade e incremento da afirmação internacional da organização.
 - *No quadro da NATO:*
 - Contribuir para o cumprimento dos compromissos de reforço da postura de dissuasão e defesa da NATO, incluindo o “Compromisso de Gales”, tendo em vista a atualização do financiamento comum e partilhado da Aliança e a edificação de capacidades por parte de cada Aliado, assim como o desenvolvimento de capacidades conjuntas;
 - Executar as conclusões do processo de reflexão NATO2030 – reforço da resiliência, interoperabilidade, coesão e solidariedade, capacitação de Parceiros e do combate às alterações climáticas;
 - Aprovar o novo Conceito Estratégico, na Cimeira de Madrid, em junho de 2022, dadas as alterações do contexto geopolítico desde 2010 que exigem adaptação por parte da Aliança;

- Continuar a destacar o papel que ao *NATO Maritime GEOMETOC Centre of Excellence*, sediado em Lisboa, pode desempenhar na ação externa nacional, e promover a adesão de Aliados ao mesmo;
- No quadro da OSCE::
 - *Participar no planeamento e execução das* ações de verificação no âmbito da agenda anual de implementação das medidas de fortalecimento da segurança e da confiança consignadas no Documento de Viena, em coordenação com Ministério da Defesa Nacional e o Estado-Maior General das Forças Armadas;
 - Preparar e acompanhar o Conselho Ministerial anual da OSCE.
- *No quadro de outras organizações multilaterais:*
 - Participação na Cimeira Ibero-Americana e nas atividades e programas da Conferência Ibero-Americana, da SEIGB e da OEI;
 - Reforço da participação da OSCE, tendo em consideração, nomeadamente, os novos mandatos dos seus órgãos de direção e a realização da Conferência sobre o Mediterrâneo;
 - Valorização da participação nas instâncias internacionais de cooperação económica, designadamente na OCDE;
 - Incrementar a participação nos fóruns multilaterais e regionais de cooperação, desenvolvimento e segurança, tirando partido da capacidade nacional de interlocução com diferentes espaços regionais, designadamente na União para o Mediterrâneo, no Conselho da Europa e no seu Centro Norte-Sul, sediado em Lisboa.
 - No enquadramento proporcionado pela Convenção sobre Armas Biológicas e de Toxinas (BTWC), promover a criação de uma Autoridade Nacional para a Defesa Biológica (ANDB).
- *No quadro de coligações e outros grupos:*
 - Valorizar a participação na Coligação Internacional contra o *Daesh*, no Grupo de Amigos do Golfo da Guiné, no Grupo 5+5 e na Coligação para o Sahel;
 - Valorizar a presença na Aliança dos Multilateralistas, no Grupo dos Amigos na Defesa da Democracia e na Comissão Internacional contra a Pena de Morte.

2.3 No âmbito das relações bilaterais destaca-se o relacionamento:

- Com cada um dos países de língua portuguesa, quer no plano político-diplomático, quer no plano económico e da cooperação, quer no plano social e cultural, devendo destacar-se a questão específica da participação portuguesa no apoio europeu e internacional a Moçambique, em razão dos problemas de segurança que afligem este país;
- Com os Estados Unidos da América, acrescentando novas dimensões à cooperação nas áreas da segurança e defesa, através designadamente do *Atlantic Center* e do *Air Center*, valorizando a infraestrutura e capacidade da Base das Lajes e progredindo nas

- medidas de solução das questões ambientais na Ilha Terceira; bem como aprofundando a cooperação nas áreas da economia, energia, ciência, tecnologia, inovação e educação;
- Com o Canadá, com especial atenção às comemorações do 70º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas;
 - Com a Espanha, concretizando as decisões e a agenda da Cimeira de Trujillo, onde foi assinado um novo Tratado de Amizade e Cooperação, e preparando uma nova Cimeira;
 - Com a França e a Alemanha, tendo particularmente em conta a densidade das relações económicas, a presença das comunidades portuguesas e a convergência nos grandes temas da política europeia e internacional;
 - Com cada um dos restantes Estados-membros da União Europeia;
 - Com o Reino Unido, garantindo uma relação futura tão próxima e profunda quanto possível e em todas as dimensões relevantes;
 - Com os países da África Ocidental, Central, Oriental e Austral, considerando quer as relações históricas, quer os interesses comuns, quer a presença, em muitos deles, de importantes comunidades portuguesas;
 - Com os países do Magrebe, considerando questões de vizinhança, mobilidade, segurança, economia e energia, prestando também a necessária atenção às regiões do Sahel, do Médio Oriente e Golfo;
 - Com os países do Mercosul e da Aliança do Pacífico, tendo em conta o relacionamento económico e comercial, além das dimensões políticas e culturais;
 - Com a China, a Índia, o Japão, a República da Coreia, a Austrália, a Nova Zelândia e outros países asiáticos com os quais existe interesse no aprofundamento dos laços políticos, económicos e culturais, incluindo com Timor-Leste e os países da ASEAN;
 - Com os países da Parceria Oriental, tendo particularmente em conta os efeitos da guerra na Ucrânia.

2.4. No âmbito da internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesas serão concretizadas as seguintes medidas principais:

- *Quanto ao ensino português no estrangeiro e em linha com a política agregadora dos “3 Cs – conteúdos, certificação e creditação”:*
 - Consolidação da rede do ensino básico e secundário, nos 17 países em que está implantada, através, designadamente, do desenvolvimento do ensino bilingue no Reino Unido, do ensino nas escolas internacionais do Luxemburgo e de horários adicionais em França; alargamento da Rede de Ensino do Português no Estrangeiro para 323 professores;
 - Consolidação da integração curricular da língua portuguesa no ensino básico e secundário em diferentes países, com assinatura de Memorandos de Entendimento com Navarra e Comunidade de Madrid;

- Expansão da rede de ensino superior, prevendo-se que ela compreenda 51 leitorados, 85 Centros de Língua Portuguesa, 315 protocolos de docência e 63 cátedras;
 - Desenvolvimento da estrutura de formação e qualificação de docentes de língua portuguesa, em cooperação com as instituições de ensino superior, mobilizando também a oferta própria do CICL (Coordenações de Ensino e Centro Virtual Camões);
 - Desencadear, em colaboração com instituições de ensino superior, a criação de sistemas de certificação de professores de Português Língua Estrangeiro (PLE);
 - Incremento da oferta de conteúdos digitais dirigidos a docentes e estudantes, em particular no âmbito do PRR. Destaca-se: i) a criação de uma plataforma digital de partilha de recursos didáticos para o ensino do português como língua de herança, nomeadamente manuais digitais; ii) a criação de uma plataforma digital para o desenvolvimento de competências associadas à leitura (“Ler em Rede”); iii) disponibilização da plataforma digital “Português mais Perto”, com introdução de componente tutorial;
 - Consolidação do consórcio pluriuniversitário (já atrás referido) para um curso de Verão de Língua e Cultura portuguesas;
 - Reforço do Repositório Digital Camões, com a incorporação de novos objetos digitais (artigos, dissertações, trabalhos produzidos pelas cátedras), bem como da oferta formativa online, dirigido ao público em geral, através de novos cursos modulares de curta duração nas áreas da cultura portuguesa (música, teatro, cinema, gestão cultural);
 - Incremento do sistema de certificação da proficiência em língua portuguesa, através da expansão da aplicação do exame Camões Júnior (Alemanha, Espanha, México, Namíbia, Roménia e Reino Unido), e de exames para fins específicos (Ordem dos Médicos e Ordem dos Médicos Dentistas), assim como da creditação das competências em língua portuguesa, para efeito de prosseguimento de estudos (exame NEWL de português, Abitur, MATRIC);
 - Desenvolvimento do “Digitalização do EPE”, no âmbito do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência, através do qual se aposta na transição digital do Ensino Português no Estrangeiro, promovendo o desenvolvimento de um ecossistema educativo digital de conteúdos, ferramentas, serviços, plataformas digitais e equipamentos, que permitirá acelerar os processos pedagógicos, didáticos, comunicativos e administrativos entre todos os elementos da comunidade educativa;
 - Ainda no âmbito do PRR, o projeto “Prática da língua” permitirá, no contexto da digitalização do EPE, o reforço técnico e tecnológico de Centros Culturais e Centros de Língua Portuguesa do CICL reforçando a sua capacidade de atuarem como espaços de apoio à promoção da Língua Portuguesa;
 - Prevê-se ainda a disponibilização de conteúdos por via digital, nas várias áreas de intervenção do instituto, bem como a criação de uma rede integrada de bibliotecas Camões, I.P..
- *No âmbito da política de língua e ação cultural externa:*

- Consolidar a utilização da língua portuguesa em organizações internacionais e promover o Dia Mundial da Língua Portuguesa;
- Concretizar a participação de Portugal como país convidado na Bienal Internacional do Livro de São Paulo e na Feira do Livro de Lima;
- Promover, em parceria com outras entidades e instituições relevantes, as comemorações do Centenário do Nascimento de José Saramago e de Augustina Bessa-Luís;
- Assinalar, através de programa de atividades a ser validado pelo Coordenador nomeado para o efeito, e em articulação com a parte brasileira, as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil e do Centenário da Travessia Aérea do Atlântico Sul;
- Assegurar a continuação das comemorações do V Centenário da Viagem de Circum-Navegação e implementar o programa da Temporada Cultural Cruzada Portugal-França 2022;
- Consolidar a LATE – Linha de Apoio à Tradução e Edição, bem como outros conteúdos digitais de apoio à internacionalização de obras e de autores de língua portuguesa;
- Promover o plano de ação cultural externa de 2022;
- Retomar a edição da Revista Camões, interrompida desde 2015, mobilizando as cátedras Camões I.P. no mundo, bem como outros agentes culturais, tendo em vista a publicação de dois números em 2022.

2.5. No âmbito da política de Parcerias Internacionais / Cooperação para o Desenvolvimento, e tendo presente a importância de potenciar a Cooperação Portuguesa como instrumento de política externa, destacam-se as seguintes medidas:

- No plano europeu, aprofundar as prioridades trabalhadas durante a PPUE, nomeadamente: o desenvolvimento humano; o desenvolvimento em transição; as relações UE-África); a abordagem “Trabalhar Melhor em Conjunto/Inclusividade”; o triplo nexo ajuda humanitária, desenvolvimento e construção da paz; os impactos das alterações climáticas na ação humanitária; a proteção e assistência a populações mais vulneráveis;
- Valorizar os instrumentos adotados, como o IVDCI-Europa Global, a nova arquitetura europeia para o desenvolvimento e o acordo de parceria UE-OEACP, como bases sólidas para a Cooperação para o Desenvolvimento da UE nos próximos anos;
- Implementar as Conclusões do Conselho sobre a Equipa Europa, o envolvimento e a participação no processo de programação da ação externa da UE, incluindo nas Iniciativas Equipa Europa, a par da resposta de longo prazo à pandemia COVID-19 e às suas consequências, serão também aspetos relevantes para a ação de Portugal.
- Finalizar a elaboração da nova Estratégia da Cooperação Portuguesa para o Desenvolvimento 2030, com vista a dar resposta às alterações internacionais e nacionais na área da cooperação para o desenvolvimento;

- Finalizar o exame de Revisão pelos Pares do Comité de Apoio ao Desenvolvimento da OCDE à Cooperação Portuguesa e promover a publicação em Língua Portuguesa e lançamento do respetivo relatório final;
- Executar os Programas Estratégicos de Cooperação (PEC) em curso, com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste;
- Elaborar e assinar o novo Programa Estratégico de Cooperação (PEC) com Angola, com período de vigência 2023-2027;
- Na cooperação bilateral, será dada especial ênfase aos projetos na área da saúde, educação, desenvolvimento humano e soberania, entre os quais se destacam os seguintes:
 - Na área da Educação/Desenvolvimento Humano:
 - Programa “Saber Mais” em Angola;
 - Programa de Mestrados para Formação de Formadores de Professores, em Angola;
 - Componente do apoio à educação pré-escolar e formação profissional no Cluster da Cooperação Portuguesa na Ilha de Moçambique;
 - Apoio integrado na área da educação em Cabo Verde com intervenções estruturantes, como as assessorias técnicas para a revisão curricular do ensino secundário e da Língua Portuguesa, apoio à Faculdade de Educação e Desporto relativo à formação inicial de professores do ensino básico, a par do apoio à implementação da rede de bibliotecas escolares e do Plano Nacional de Leitura de Cabo Verde;
 - Programa de Reforço de Capacidades do Sistema Educativo (PRECASE) na Guiné-Bissau;
 - Programa Integrado de Apoio ao Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe (PAISE);
 - Formar, Orientar, Certificar e Otimizar (FOCO.UNTL) em Timor-Leste;
 - PRO-Português direcionado para a formação de professores do ensino não superior em Timor-Leste;
 - Consultório da Língua para Jornalistas em Timor-Leste;
 - Apoio a ações de cooperação interuniversitária nos PALOP, Timor-Leste e Goa.
 - Na área da Saúde:
 - “Onco-Moçambique” em Moçambique;
 - “Saúde para Todos” em São Tomé e Príncipe;
 - Formação especializada a profissionais de saúde abrangendo os PALOP.
- Prosseguir com a implementação do Plano de Ação na resposta sanitária à pandemia de COVID-19 entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste;
- Assegurar o encerramento, pelo CICL, dos seguintes projetos de cooperação europeia:

- PACED - PALOP/Timor-Leste - Apoio à Consolidação do Estado de Direito nos PALOP e Timor-Leste (projeto focado na luta contra a corrupção, branqueamento de capitais, crime organizado e recuperação de ativos);
- ACTIVA/Guiné-Bissau/EIXO 3 - Apoio integrado ao desenvolvimento rural em Bafatá, Tombali e Quinara (projeto focado na melhoria das condições económicas e sociais das populações rurais através da intensificação sustentável da produção agrícola e reforço das organizações de base comunitária);
- Prosseguir com a gestão, pelo CICL, dos seguintes projetos de cooperação europeia:
 - RETFOP/Angola – Revitalização do Ensino Técnico e da Formação Profissional (projeto focado na redução do desemprego jovem, através de capacitação e na transição dos diplomados do ensino técnico e formação profissional para o mercado de trabalho);
 - PFMO/Timor-Leste – Reforço da Gestão e Supervisão das Finanças Públicas (projeto focado numa prestação de serviços públicos eficaz, orientada para o cidadão, através da responsabilização e supervisão do uso das finanças públicas);
 - FRESAN/Angola – Fortalecimento da Resiliência e Segurança Alimentar e Nutricional (projeto focado na redução da vulnerabilidade à insegurança alimentar e nutricional nas províncias do sul de Angola, focado na agricultura familiar, acesso à água, sistemas de informação sobre segurança alimentar e nutricional e alterações climáticas);
 - PROCULTURA/PALOP-Timor-Leste – Promoção do Emprego nas Atividades Geradoras de Rendimento no Setor Cultural (projeto focado no aumento de emprego e rendimento no setor cultural, através do reforço de competências profissionais, produtos e serviços culturais e oportunidades de difusão e comercialização);
 - GESTDOC/Cabo Verde-Guiné-Bissau – Modernização e Reforço da Cadeia de Identificação e Segurança Documental em Cabo Verde e Guiné-Bissau (projeto focado na melhoria dos níveis de segurança e na gestão das migrações, com vista ao respeito dos Direitos Humanos e combate ao tráfico de seres humanos a nível regional, através da modernização dos sistemas de emissão de documentos de identificação);
 - IANDA SAUDE/Guiné-Bissau – Reforço do Sistema de Saúde (projeto focado na melhoria da cobertura dos serviços de saúde, através do fortalecimento da capacidade de gestão e coordenação do Ministério da Saúde e da gestão dos recursos humanos do setor).
 - SWAIMS/Golfo da Guiné – Apoio integrado à África Ocidental em matéria de Segurança Marítima (projeto focado na resposta operacional da aplicação da Lei e gestão do Estado de Direito no mar, através do fornecimento de equipamento de resposta rápida e de natureza forense e de treino operacional em criminalidade marítima e pesca ilegal, não-reportada e não-regulada);
 - +EMPREGO/Moçambique – Promover o Emprego e as Parcerias Público-Privadas no setor do Gás natural em Cabo Delgado (projeto focado no aumento das oportunidades económicas da população de Cabo Delgado, em particular a mais jovem, contribuindo para a melhoria do acesso ao trabalho decente e do

- respetivo rendimento em atividades direta ou indiretamente relacionadas com a indústria do gás natural);
- GoBLUE/Quénia – Desenvolvimento da Economia Costeira do Quénia (projeto ainda em negociação focado no reforço inclusivo e sustentável das cadeias de valor da economia azul nas regiões costeiras, Kilifi, Kwale, Lamu, Mombasa, Taita-Taveta, Tana-River (JKP - Jumuiya ya Kaunti za Pwani), através da criação de emprego nos setores do turismo e património histórico);
 - Concluir as negociações de novos projetos de cooperação europeia, nomeadamente:
 - +IGUAL/São Tomé e Príncipe - Combate à Violência de Género e Doméstica (projeto ainda em negociação focado na eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e as meninas através da aplicação do quadro legal existente e seguimento dos textos adotados em matéria de igualdade de género e prevenção e repressão da violência baseada no género, bem como do reforço dos serviços especializados de prevenção, apoio e assistência às vítimas de violência baseada no género, em conformidade com os princípios de disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e qualidade, na cidade de São Tomé e nos distritos limítrofes);
 - Resíduos MAIO/Cabo Verde: Construção de um Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos (projeto em fase de desenho focado na gestão eficaz de resíduos na ilha do Maio, com vista a assegurar a proteção dos recursos hídricos e ecossistemas mais frágeis, através da implementação de um Centro de Tratamentos de Resíduos Sólidos e sensibilização para o tratamento adequado dessa tipologia de resíduos).
 - No âmbito da cooperação triangular, assegurar a continuidade dos projetos em curso, como o projeto de *Produção Sustentável de Café no Parque Nacional da Gorongosa*, que decorre da parceria entre Portugal, Brasil e Moçambique; e, por outro lado, iniciar intervenções que permitam operacionalizar outras parcerias triangulares, como por exemplo com o Chile, Uruguai, Egito, Marrocos ou Japão;
 - Acolher, em Lisboa, a realização de uma Conferência sobre Cooperação Triangular, em parceria com a OCDE, retomando uma prática interrompida decorrente da situação pandémica provocada pela COVID-19;
 - Valorizar as Organizações da Sociedade Civil enquanto agentes de direito próprio que atuam na Ajuda ao Desenvolvimento, e parceiros determinantes da Cooperação Portuguesa, aprofundando o diálogo com estas organizações e financiando os seus projetos.

2.6. No âmbito da ligação às comunidades residentes no estrangeiro

- Prosseguir com a implementação do novo modelo de gestão consular (NMGC), no quadro do Plano de Recuperação e Resiliência;
- Prosseguir com o alargamento do Centro de Atendimento Consular a novos países;
- Prosseguir a preparação do futuro Centro de Gestão de Crises;

- Realizar o processo de reclassificação dos vice-consulados, nos termos do novo Regulamento Consular, reforçando de forma progressiva e evolutiva a rede externa portuguesa, robustecendo os postos consulares já existentes e reforçando a rede de proximidade em locais onde esta é necessária;
- Iniciar um projeto-piloto para envio do cartão de cidadão diretamente da INCM para a morada dos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro, através de uma só operadora;
- Continuar o acompanhamento próximo da comunidade portuguesa residente na Venezuela;
- Consolidar os mecanismos de apoio social a emigrantes carenciados (ASIC e ASEC) e proceder à atualização dos valores das prestações sociais do ASIC, nos termos do respetivo regulamento;
- Prosseguir com a implementação do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID):
 - Lançar a Marca “Investimento da Diáspora”, mapeamento de boas práticas de investimento da diáspora e preparação de Roteiros de visita a Investimentos da diáspora em território nacional;
 - Articulação com a área governativa da economia e transição digital, com vista ao relançamento da linha de Crédito Regressar;
 - Introdução de discriminação positiva nos sistemas de incentivos à agricultura e ao turismo, em articulação com as áreas governativas respetivas;
 - Articulação com rede externas e em particular com as câmaras de comércio e indústria no estrangeiro e lançamento de plano de capacitação em matérias económicas e empresariais;
 - Identificação de custos de contexto na exportação/internacionalização das pequenas empresas;
 - Continuar a realização de webinars e sessões de esclarecimento/informação online sobre temáticas importantes para a promoção do investimento da diáspora;
 - Articulação com os Governos Regionais da Madeira e dos Açores no sentido da implementação de programa similar nestes territórios;
- Apoiar a atividade da Rede de Apoio ao Investidor da Diáspora (RAID) e dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE) e realizar o seu Encontro Anual; Concluir a rede dos GAE em todo o território continental;
- Realizar os encontros do PNAID 2022;;
- Reforçar a divulgação do programa “Estudar e Investigar em Portugal”, em particular do contingente especial para emigrantes, familiares que com eles residam e lusodescendentes;
- Apoiar e acompanhar o desenvolvimento e fortalecimento da rede de associações de pós-graduados no estrangeiro;

- Aprofundar a diplomacia científica no âmbito da política externa portuguesa, conforme a Resolução do Conselho de Ministros 78/2016, 30 de novembro;
- Estabelecer novos protocolos de cooperação com municípios estrangeiros, tendo em vista a valorização das respetivas comunidades portuguesas;
- Consolidar os regimes de apoio ao associativismo, tendo especialmente em atenção o seu papel social e cultural;
- Dialogar permanentemente com o Conselho das Comunidades Portuguesas e apoiar as suas atividades, nomeadamente prestando o apoio necessário nas reuniões das diferentes instâncias do Conselho das Comunidades;
- Preparar as eleições para o Conselho das Comunidades, previstas para 2023;
- Conclusão e apresentação à Assembleia da República de uma análise sobre a viabilidade de realização de um ato eleitoral eletrónico não presencial, como projeto-piloto, aferindo-se das suas vantagens, inconvenientes, desafios, limitações, riscos, custos e enquadramento jurídico;
- Continuação do incentivo à participação eleitoral dos cidadãos residentes no estrangeiro;
- Concretizar a segunda fase da digitalização, em parceria com o Ministério da Cultura, do acervo documental existente nos Reais Gabinetes de Leitura do Brasil;
- Consolidar os regimes de apoio ao associativismo, tendo especialmente em atenção o seu papel social, cultural e económico;
- Consolidar e operacionalizar os dois projetos na área cultural e reconhecimento da do papel da comunidade portuguesa nos séculos XIX e XX, isto é:
 - Apoiar o restauro, a digitalização de obras valiosas nos Gabinetes Portugueses de leitura no Brasil (Recife, Salvador e Belém do Pará), criando a rede de partilha e divulgação para fins científicos e preservação da memória dos portugueses naqueles territórios;
 - Acompanhar a Implementação de rede museológica digital, sobre a Diáspora portuguesa;
- Realizar a quarta edição do “Prémio Imprensa Nacional/Ferreira de Castro” e prosseguir a linha editorial “Comunidades Portuguesas”;
- Implementar as redes de espaços museológicos da diáspora, em articulação com as autarquias, no âmbito do PRR.

2.7. No âmbito do apoio à internacionalização da economia e à captação de investimento externo, destacam-se as seguintes medidas:

- Implementar o Programa Internacionalizar 2030, com enfoque, numa primeira fase, em medidas de apoio à recuperação da economia, e, numa segunda, nos objetivos de longo prazo de aumento das exportações, alargamento da base exportadora, diversificação

de mercados, aumento do investimento e de valor acrescentado, com vista à prossecução da agenda estratégica de um país mais competitivo externamente;

- Executar a Fase III do projeto “Marca Portugal”, nomeadamente através da elaboração de um plano estratégico para a Marca Portugal, com apresentação ao Governo de medidas estratégicas para abordar as diversas vertentes da Marca e enfatizar os seus ativos;
- Implementar a *Portugal Concept Store* na Europa em 2022, com a inauguração de lojas físicas e online em mercados prioritários para as exportações portuguesas, prevendo também o conceito de lojas “*pop-up*” para atender à presença de Portugal em grandes eventos internacionais onde se justifique a presença de uma “Embaixada de Marcas Portuguesas”;
- Consolidar a rede externa da AICEP e prosseguir a aposta na sua modernização digital, através da promoção de soluções digitais de simplificação dos serviços prestados (Acelerador de Internacionalização Digital, Optimizador de Investimento, *Business Matching*, entre outros);
- Em conformidade com o Plano Estratégico da AICEP, em que foi efetuada uma matriz estratégica de mercados que configura graus de atuação diferenciados nos mesmos, com a Europa a assumir o papel de principal parceiro de Portugal em termos de comércio e investimento para as empresas portuguesas e que resultou, em 2021, no reforço da sua presença na Europa, a AICEP irá agora, em 2022, reforçar a sua presença no Canadá (Toronto), Índia (Nova Deli), México (Cidade do México), Japão (Tóquio) e proceder à abertura de uma delegação nos EUA (Chicago).
- Também as geografias com as quais a União Europeia tem Acordos de livre comércio irão ser alvo de especial atenção;
- Prosseguir a abertura da economia portuguesa ao exterior, visando a diversificação de mercados, potenciando a centralidade atlântica de Portugal e a dimensão económica dos países de língua oficial portuguesa, e dinamizando a cooperação triangular na internacionalização;
- Reforçar os esforços de capacitação para a internacionalização, com particular envolvimento da Rede Externa da AICEP, enquanto conhecedora da realidade empresarial nos mercados externos;
- Prosseguir o apoio à internacionalização das empresas e assegurar maior proximidade às empresas exportadoras, com especial atenção às PME, às novas exportadoras e às exportadoras para um só mercado, tirando partido de novas ferramentas como o “Exportar Online” e de uma maior integração da promoção externa conduzida pela AICEP, o turismo, a cultura e as associações empresariais;
- Desenvolvimento de produtos de *Intelligence*, dirigidos quer a mercados até agora menos acompanhados pela AICEP quer a novas temáticas (geopolítica, geoestratégia, transformações no comércio internacional, novos canais de distribuição, entre outras);
- Prosseguir as ações de captação de investimento direto estrangeiro e de reinvestimento, apostando em mercados estratégicos para a emissão de investimento

estrangeiro e nas oportunidades geradas pelos novos instrumentos de política comercial da União Europeia;

- Prosseguir o apoio ao investimento, com aproveitamento do Programa Portugal 2030, para grandes projetos de investimento produtivo de Pequenas e Médias Empresas e grandes projetos de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, bem como, para Não PME, por via de incentivos fiscais e financeiros com origem em fundos nacionais;
- Celebrar protocolos com instituições do Ensino Superior tendentes à criação de parcerias estratégicas para ações de formação e capacitação empresarial no âmbito de programas avançados ou outros projetos colaborativos nas áreas de atuação da AICEP;
- Celebração de Protocolos de Cooperação tendo em vista o reforço do relacionamento económico bilateral e o apoio aos agentes económicos portugueses em mercados terceiros, nomeadamente com a assinatura de Protocolo com a Invest India durante 2022;
- Cooperar na realização sistemática de Comissões Mistas Económicas, continuar a pugnar pelo levantamento das barreiras à importação de produtos portugueses, designadamente agroalimentares, e procurar, quando possível, a celebração de acordos de cooperação nas vertentes económica e empresarial, com especial enfoque nas Convenções para Evitar a Dupla Tributação e nos Acordos para Proteção e Promoção Recíproca de Investimento;
- Prosseguir com o desenvolvimento do Fundo de Fundos para a Internacionalização;
- Melhorar a coordenação do Plano Nacional de Ações de Promoção Externa e do Plano Nacional de Capacitação para a Internacionalização;
- No contexto da saída do Reino Unido da União Europeia, apoiar as empresas portuguesas, com informação, consultoria e incentivos à diversificação de mercados, e promover a atração de investimento, nomeadamente através da Linha de Crédito de Apoio às empresas com exposição ao *Brexit*, reforçando a presença da AICEP no mercado;
- Acompanhar a negociação e implementação, pela União Europeia, de Acordos de Comércio Livre e promover a conclusão de acordos bilaterais de natureza económica, por forma a potenciar oportunidades já em curso para as empresas portuguesas em mercados terceiros (casos do Canadá, Japão e Vietname e Singapura); e levar a cabo a prospeção de novas oportunidades no Sudeste Asiático, na América Latina e na África do Norte e Ocidental;
- Prosseguir a promoção e a qualificação do território para acolhimento de investimento, nacional e estrangeiro, dando especial enfoque às necessidades de revitalização económica do interior do país;
- Operacionalizar o incentivo fiscal às ações de internacionalização das empresas nacionais, tendo em vista o apoio específico a ações de promoção conjuntas em mercados externos;
- Continuar os esforços de capacitação e qualificação dos recursos humanos para a internacionalização, através designadamente da Academia AICEP e do programa INOV

- Contacto, alargando a oferta de capacitação da AICEP no âmbito da Academia através de novas soluções alinhadas com a jornada do cliente (*customer journey*) e que contribuam para o reforço da competitividade internacional das empresas (em formato presencial/ híbrido, digital, *e-learning*);
- Definir o modelo de participação de Portugal na Expo 2025 Osaka Kansai, no Japão, sob o tema «Designing Future Society for Our Lives» e os sub-temas (i) Saving Lives, (ii) Empowering Lives e (iii) Connecting Lives, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estabelecidos pelas Nações Unidas em 2015 com o objetivo de serem atingidos até 2030;
 - Preparar e assegurar a participação nacional enquanto país parceiro na Hannover Messe 2022, sob o tema “*Portugal Makes Sense*” e os sub-temas (i) *Engineered Parts and Solutions*, (ii) *Energy Solutions* e (iii) *Digital Ecosystems*, aproveitando o palco mundial da indústria que é a Hannover Messe para afirmar as capacidades nacionais de inovação, produção, serviço e talento, numa altura em que estão em curso importantes processos de reorganização global das cadeias de valor. Pretende-se com esta participação um aumento das exportações nacionais e da notoriedade de Portugal como destino estratégico de investimento, e em simultâneo, um reforço da perceção de Portugal como país seguro, estável, inovador, cosmopolita, acolhedor e com um excelente ambiente para os negócios;
 - Acompanhar a organização da *Web Summit 2022* e promover o evento no plano externo através da rede diplomática e da AICEP;
 - Dinamizar e Acompanhar a realização em Lisboa da Segunda Conferência Mundial dos Oceanos, na sua dimensão económica. No âmbito da Conferência, destaca-se a realização do Evento especial “SBEIF – Sustainable Blue Economy investment Forum” cuja responsabilidade organizativa é da AICEP ;
 - No âmbito da Temporada Cruzada Portugal-França que se realizará em 2022, a AICEP desenvolverá um conjunto de iniciativas de caráter económico, tendo em vista o reforço do relacionamento bilateral;
 - Articular a presença portuguesa na Bienal de São Paulo, na qual Portugal será País convidado, potenciando a realização de ações na esfera económica;
 - Acompanhar as diferentes iniciativas que irão decorrer no âmbito do bicentenário da independência do Brasil, com vista ao reforço das relações bilaterais, com particular enfoque no domínio económico;
 - Dar continuidade ao trabalho desenvolvido no âmbito das Multilaterais Financeiras, com vista a facilitar a participação das empresas em mecanismos europeus e internacionais de financiamento do desenvolvimento e apoio ao investimento;
 - Executar a 25.ª edição do Programa de estágios internacionais INOV-Contacto (2021-2022 e preparar a 26.ª edição deste Programa (2022-2023);
 - Organizar a IV Conferência Anual da AICEP.2022 – Exportações & Investimento, com atribuição dos Prémios AICEP Exportação & Investimento que distinguem a “Melhor Exportadora” e o “Melhor Investimento”, premiando as empresas que se destacaram

pelo seu desempenho no desenvolvimento das estratégias de internacionalização e/ou de investimento e que foram apoiadas no âmbito dos projetos financiados pelo Portugal2020, da responsabilidade da AICEP.

- Celebração de protocolos de cooperação com Instituições do Ensino Superior no âmbito da internacionalização do Ensino Superior.

SEGUNDA PARTE: OS MEIOS FINANCEIROS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

É reconhecido que não se verifica uma correlação direta entre o volume dos recursos orçamentais e a intensidade e eficácia da ação político-diplomática. Na política externa multilateral e bilateral, a variável-chave é de natureza política e diplomática. Já quanto às estratégias de internacionalização (educacional, linguística, cultural ou económica), à cooperação para o desenvolvimento, ao ensino do português no estrangeiro e ao serviço consular, a correspondência entre as medidas de política e a sua expressão orçamental é mais visível.

Assim, quanto às questões que envolvem uma expressão orçamental, o Governo define para 2022 as seguintes prioridades:

1. Projeto “Transformação digital do MNE”, no âmbito do Plano Nacional de Recuperação e Resiliência, a realizar até 2026, o qual inclui: *a)* o Novo Modelo de Gestão Consular; *b)* a digitalização de estruturas e processos do CICL e da AICEP; *c)* a reconfiguração da infraestrutura tecnológica e da rede de comunicações do MNE; *d)* o incremento da cibersegurança.
2. Executar o Programa Internacionalizar 2030, o Programa de Apoio ao Investimento da Diáspora e os projetos do Plano de Recuperação e Resiliência dirigidos à internacionalização da economia portuguesa.
3. Desenvolver os programas de expansão da rede de ensino português no estrangeiro, consolidando também as modalidades digitais e de educação à distância.
4. Finalizar a elaboração e operacionalizar a Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030, dando continuidade à dinâmica de robustecimento dos programas da cooperação portuguesa, quer no plano bilateral, quer no plano trilateral e triangular, quer no plano europeu e multilateral, com especial foco no desenvolvimento humano (educação e saúde) e na ligação entre ação humanitária, segurança e desenvolvimento, implementando, ao mesmo tempo, as recomendações resultantes do exame pelos pares realizado pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE à Cooperação Portuguesa.
5. Tirar partido da organização em Portugal e da participação portuguesa em grandes eventos internacionais (políticos, económicos e culturais), como a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre o Oceano, o Dia Mundial da Língua Portuguesa, a Temporada Cruzada Portugal-França 2022, o bicentenário da independência do Brasil, a Expo Dubai, ou as Feiras do Livro de Lima e São Paulo.

Para concretizar estas prioridades, e tendo em conta a situação de incerteza que vivemos, o programa de representação externa tem ao dispor os seguintes meios financeiros:

- a) O orçamento inicial da despesa total consolidada ascende a 524,4 milhões de euros (M €) (Quadro 1). Corresponde a um acréscimo de 4% face à despesa total consolidada em 2021. O aumento registado em receita de impostos é de 1,2%, sendo de referir, em particular, o valor atribuído ao PPR através de financiamento por fundos europeus, que representa 6,7% do conjunto da despesa. Essa situação reflete-se na componente de investimentos com acréscimo de 275,8% face ao valor executado no ano anterior.
- b) O Orçamento de 2022 prevê 400 M€ de garantias de Estado para o Compacto Lusófono e 15 M€ para a SOFID. As linhas de crédito, em particular a da Convenção Portugal-Angola, estão cobertas pela garantia geral do artigo 123º.
- c) A terceira parcela de capitalização do Fundo de Fundos para a Internacionalização será de 20 M€.
- d) As dotações de receitas provenientes de impostos para o CICL sobem de 49,6 M€ para 51,5 M€ (+ 3,8%) e, como já antes referido, este instituto poderá mobilizar cerca de 30 M€ de saldos de fundos europeus para financiamento de projetos de cooperação delegada.
- e) O projeto “Transformação Digital do MNE”, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, tem indicativamente prevista como despesa em 2022 o valor de 14 M€.

2. DESPESA CONSOLIDADA

2.1. POR NATUREZA DA DESPESA

Quadro 1 – Despesa consolidada do MNE por natureza da despesa

	2021	2022	Variação	Estrutura 2022
	Execução provisória	orçamento	%	%
DESPESA				
DESPESA CORRENTE	413,5	450,7	9,0%	85,9%
01-Encargos com pessoal	203,6	218,1	7,1%	41,6%
02-Aquisição de bens e serviços	74,5	101,3	36,1%	19,3%
03-Juros	0,0	0,0		0,0%
04-Transferências correntes	118,2	103,2	-12,7%	19,7%
05-Subsídios				0,0%
06-Outras Despesas Correntes	17,2	28,1	63,2%	5,4%
DESPESA DE CAPITAL	10,5	38,7	268,6%	7,4%
Investimento	9,5	35,7	275,8%	6,8%
Transferências capital	0,0		0,0%	0,0%
Outras Despesas de capital	1,0	3,0	88,8%	0,6%
Diferenças de consolidação	0,0	0,0		
DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA	424,0	489,4	15,4%	
Ativos financeiros	80,0	35,0	-56,3%	6,7%
DESPESA TOTAL CONSOLIDADA (1)	504,0	524,4	4,1%	
RECEITA TOTAL CONSOLIDADA (2)	664,2	524,4	-21,1%	
SALDO ORÇAMENTAL: (2)-(1)	160,2	0,0		

Os encargos com pessoal representam, como habitualmente, o maior peso relativo no total da despesa consolidada. Correspondem aos atuais efetivos do MNE e ao acréscimo resultantes dos concursos de contratação abertos no segundo semestre de 2021 e àqueles que serão abertos em 2022.

A aquisição de bens e serviços encontra-se em linha com os valores inscritos em anos anteriores e o acréscimo face à execução provisória de 2021 resulta ainda do impacto da pandemia COVID-19 que condicionou a atividade no ano transato.

A rubrica “transferências correntes” compreende para além dos subsídios ao associativismo das comunidades portuguesas duas grandes rubricas. A primeira, no valor de 48 M€, integra as transferências do CICL para entidades terceiras; como, por exemplo, as ONGD e as universidades estrangeiras com protocolos de docência em língua e cultura portuguesas. A segunda, as transferências para organizações internacionais a título de quotas e contribuições voluntárias. A política de antecipação sistemática de pagamentos seguida nos anos mais recentes –em 2021 foram antecipadas quotas devidas em 2022 no valor de 39,8 M€ – permite uma estimativa de 46,0 M€ para os pagamentos a efetuar em 2022 relativos a este ano.

2.2. POR FONTES DE FINANCIAMENTO

O quadro 2 reflete a estrutura de financiamento de atividades e projetos do MNE.

Quadro 2 – Estrutura de financiamento do orçamento do MNE

	2021	2022	Variação
	Orçamento	Orçamento	%
Despesa por Fonte de Financiamento consolidada	475,7	524,4	10%
Receitas de Impostos	299,4	303,0	1%
Receitas Próprias	20,3	69,2	241%
Fundos Europeus	32,0	85,6	167%
Transferências entre entidades	122,6	66,6	-46%
Diferenças de consolidação	1,4	0,0	

As receitas de impostos, só por si, representam 57,8% do financiamento e continuam a assegurar a parcela mais substancial da receita, apesar de em 2022 se assistir a uma redução do seu peso relativo, o que poderá ser explicado pelo reforço que o financiamento de fundos europeus consegue assegurar.

Neste quadro, por razões de técnica contabilística, as receitas próprias para além de refletirem unicamente a receita aplicada em despesa direta dos organismos em que é gerada, incluem ainda uma componente de transferências a favor da AICEP. Por outro lado em “transferências entre entidades” em 2021, estava previsto o valor de 41,5M€ destinado ao financiamento da PPUE bem como o montante necessário à organização da Conferência dos Oceanos, sendo que em 2022 só se mantém esta ultima dotação.

2.3. UNIDADES ORGÂNICAS

O quadro 3 compara o orçamento inicial de 2022 face ao orçamento inicial de 2021, de acordo com a estrutura orgânica do MNE.

Quadro 3 - Despesa consolidada do MNE por unidades orgânicas

	2021	2022	Variação	2022
	Orçamento	Orçamento		
MNE	334,1	304,9	-8,7%	49,9%
Camões	79,5	117,3	47,6%	19,2%
Subtotal Funcionamento e Investimento	413,6	422,2	2,1%	69,1%
Organizações Internacionais	46,3	46,0	-0,8%	7,5%
Fundo para as Relações Internacionais	50,0	44,5	-11,0%	7,3%
AICEP	54,2	98,6	81,8%	16,1%
Total	564,2	611,3	8,3%	100,0%
Consolidação entre e intra-setores	89,9	86,9		
Diferenças de consolidação	1,4			
Despesa Total Consolidada	475,7	524,4	10,2%	

Importa relevar o seguinte:

- A redução na dotação prevista para os serviços integrados do MNE, reflete, em grande medida, o facto de 2021 integrar a dotação do financiamento da PPUE, o que já não acontecerá em 2022;
- O acréscimo de dotação inscrita no orçamento do CICL, resulta por um lado da inscrição de valores no âmbito do PRR (21,5M) bem como aumento de atividade na área da cooperação com incremento de fundos europeus para esse fim;
- Manutenção do princípio de ajustamento do valor inscrito em contribuições e quotas para organizações internacionais àquele efetivamente devido nesse ano, o que resulta das

antecipações praticadas desde 2017. Apenas por memória, em 2021 foram antecipados pagamentos devidos em 2022 no valor de 39,8M€;

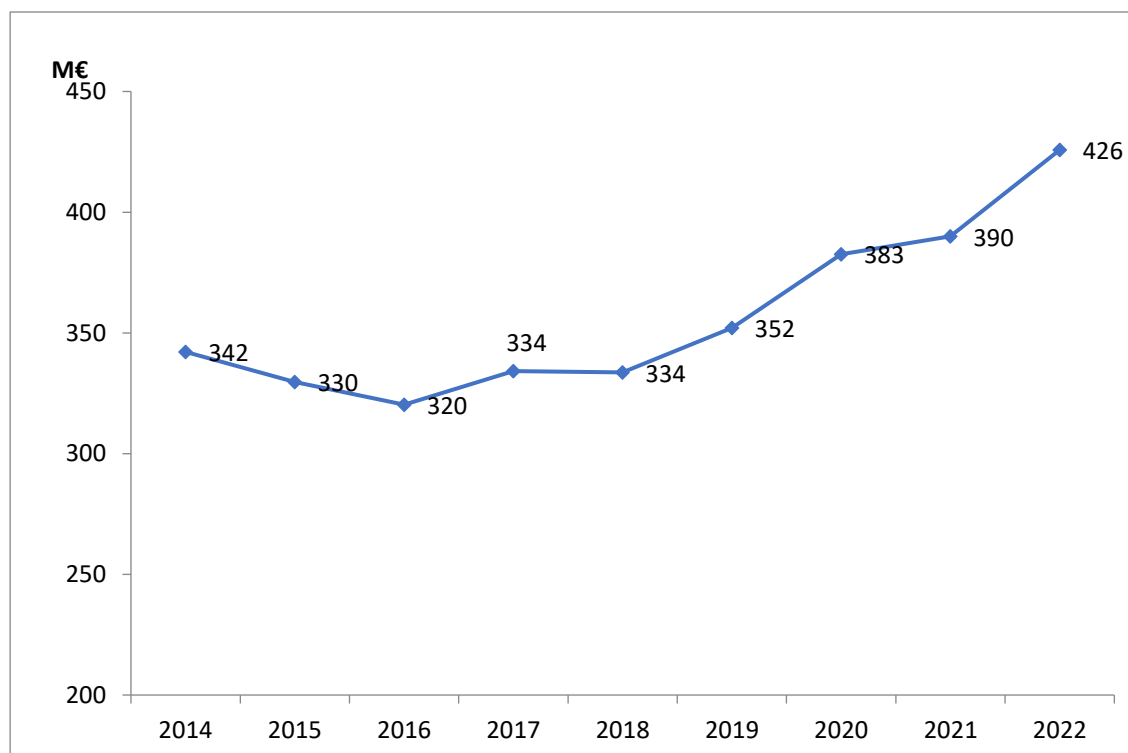
d) A quebra de 11% na despesa prevista para o Fundo de Relações Internacionais corresponde à quebra da receita própria prevista, já que se optou por fazer uma estimativa prudente de evolução da receita de ARI em resultado da alteração da legislação sobre autorização de residência a partir de 2022;

e) A variação na despesa da AICEP é resultado da integração em 2022 do valor inscrito a título de ativos financeiros (35M€) sendo ainda de referir a inscrição de 3,1M€ para execução no âmbito do PRR, e da participação portuguesa na edição de 2022 da HANNOVER MESSE.

2.4 EVOLUÇÃO ANUAL

O gráfico 1 apresenta a evolução da despesa de funcionamento do MNE, com exceção da AICEP. Os valores apontados para 2021 correspondem à execução provisória da DGO sobre a execução de despesa e para 2022 correspondem ao orçamento inicial.

GRAFICO 1 - EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DO MNE



TERCEIRA PARTE: OS MEIOS HUMANOS AO DISPOR DA REPRESENTAÇÃO EXTERNA DE PORTUGAL

1. RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos constituem uma variável-chave da diplomacia e da política externa. São também uma das principais restrições exógenas com que o Ministério tem de operar, originada no quadro geral em cada momento definido para o conjunto da administração pública.

À data de 31 de dezembro de 2021, e conforme o quadro 4, apresenta-se um total de 3095 efetivos.

QUADRO 4 – COMPARAÇÃO ENTRE OS EFETIVOS NO FINAL DE 2020 E 2021,

		Unid: Efetivos		
		2020	2021	Variação
		(31-dez)	(31-dez)	2021/2020
1	Diplomatas	465	489	24
2	Pessoal Especializado	74	75	1
3	Pessoal Técnico	428	495	67
4	Assistente Técnico	238	178	-60
5	Assistente Operacional	51	49	-2
6	Pessoal Local (Serviços Externos)	1 292	1 273	-19
7	Rede EPE (Leitores e professores)	390	389	-1
8	PPUE	202	30	-172
9	Subtotal Efetivos MNE	3 140	2 978	-162
10	Agentes Cooperação	108	117	9
11	Total	3 248	3 095	-153

A redução global de efetivos entre 2020 e 2021, resulta basicamente do exercício da PPUE que ocorreu no 1º semestre de 2021 e como tal dispensou até final do ano, 172 efetivos. No entanto, são de relevar os seguintes aspetos;

- a) Reforço do corpo de diplomatas ao serviço do Estado português, com abertura de concursos para adidos (a única porta de entrada na carreira). Em 2021, foi aberto novo concurso para 27 vagas, com vista a ocupar as vagas entretanto disponíveis pela passagem de Adidos a Secretários de Embaixada, mantendo-se por esta via a preenchimento total do quadro de 55 adidos;

- b)** Em 2021 foram abertos concursos para 95 lugares do mapa de pessoal dos serviços periféricos externos, entre os quais 12 técnicos superiores e 66 assistentes técnicos.
- c)** Encontra-se neste momento a decorrer o concurso para recrutamento de dez lugares de chefia administrativa na categoria de chanceler;
- d)** Em 2021 iniciaram funções nos Serviços Internos, 57 técnicos superiores resultado do Recrutamento Centralizado para a Administração Pública levado a cabo pelo INA;
- e)** Desenvolvimento dos serviços externalizados de apoio ao *front office*, através de centros de atendimento. Em 2021, encontravam-se em funcionamento 15 centros, abrangendo cerca de 87 colaboradores e representando um investimento anual de cerca de 1,6 M€. O objetivo destes centros de atendimentos é assegurar o atendimento geral ao público, permitindo aos funcionários do MNE concentrarem-se em atos consulares específicos;
- f)** Adicionalmente, o Centro de Atendimento Consular, que envolve cerca de 46 colaboradores, para além de cobrir Espanha, Reino Unido, Bélgica, Irlanda, Luxemburgo e Países-Baixos, foi estendido a Itália em 2021 (incluindo os restantes países da jurisdição da Embaixada em Roma, nomeadamente Albânia, Malta e São Marino) e em 2022 a França.
- g)** O novo sistema de gestão consular (eSGC) foi alargado em 2021 à totalidade da rede consular;
- h)** Refira-se, por último, que o número de efetivos afetos à PPUE é de 31 de dezembro de 2021 é de 30, os quais terminam as suas funções nessa data.

A distribuição de efetivos previsível a 31 de dezembro de 2021, pelos diferentes organismos do MNE, de acordo com o quadro 5 é a seguinte:

QUADRO 5 – EFETIVOS A 31/12/2021 POR ORGANISMOS DO MNE

	Unid: Efetivos
	31/12/2021
	Real
1 Gabinetes	79
2 MNE - Serviços internos	1 080
3 Secretaria Geral	761
4 DGPE	109
5 IGDC	11
6 DGAE	103
7 DGACCP	66
8 PPUE	30
9 MNE - Serviços Externos	1 273
10 MNE - Serviços e fundos autónomo:	663
11 Camões	663
12 Total Efetivos MNE	3 095

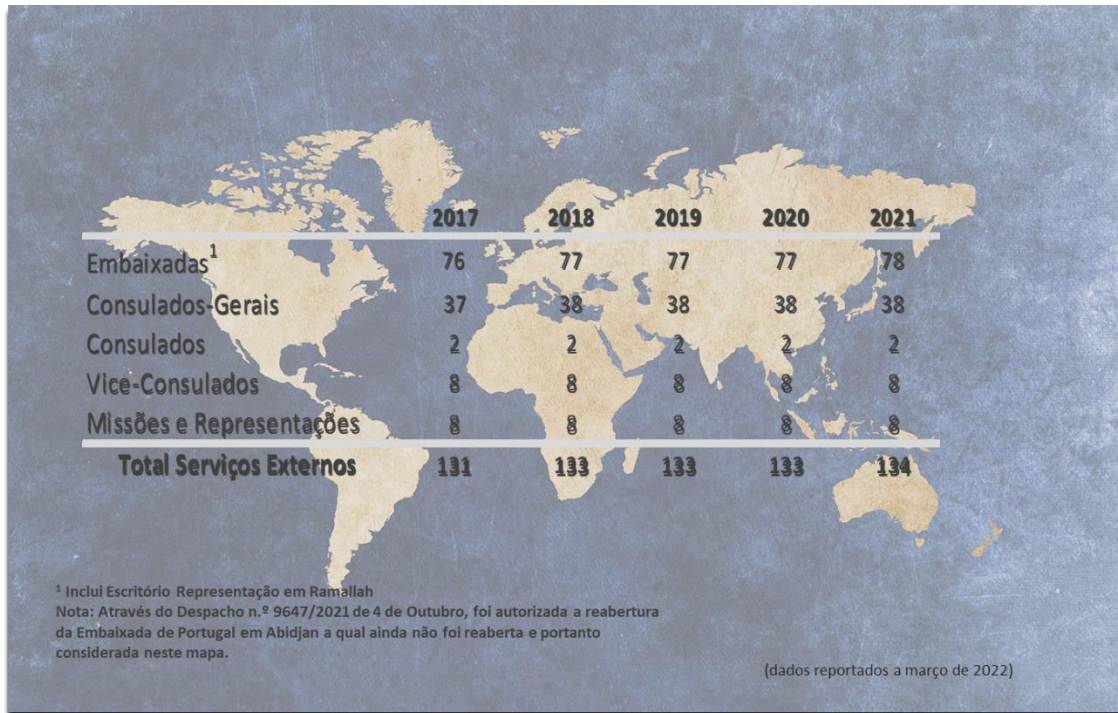
O número de efetivos da Secretaria Geral compreende todos os diplomatas, independentemente de se encontrarem em funções nos serviços internos ou nos serviços periféricos externos, bem como pessoal especializado e titulares de vice consulados.

2.TIPOLOGIA E GEOGRAFIA DA REDE EXTERNA PORTUGUESA

A representação externa do Estado conta com a rede diplomática e consular constituída por Embaixadas, Consulados Gerais, Consulados e Vice-consulados, Missões e Representações Permanentes. O número de postos diplomáticos e consulares em 2021 é de 134, dos quais 58,2% constituem a rede de Embaixadas, 35,8% a rede consular e 6% correspondem a Missões e Representações junto de organizações internacionais.

A evolução da rede diplomática de acordo com a tipologia de postos é a que consta do mapa seguinte.

QUADRO 6 - REPRESENTAÇÃO DO MNE NO EXTERIOR DE ACORDO COM EMBAIXADAS REDE CONSULAR E MISSÕES E REPRESENTAÇÕES PERMANENTES



A distribuição geográfica dos serviços da rede externa de acordo com o quadro 7 e gráfico 2 mostra que, em termos geográficos, a Europa concentra 40% dos mesmos, sendo ainda de relevar que 7 da 8 Missões e Representações Permanentes se encontram igualmente neste continente.

QUADRO 7 – DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA REDE DIPLOMÁTICA E CONSULAR

	2017	2018	2019	2020	2021
Embaixadas ¹	76	77	77	77	78
Consulados-Gerais	37	38	38	38	38
Consulados	2	2	2	2	2
Vice-Consulados	8	8	8	8	8
Missões e Representações	8	8	8	8	8
Total Serviços Externos	131	133	133	133	134

¹ Inclui Escritório Representação em Ramallah

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA REDE DIPLOMÁTICA E CONSULAR

